



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO

Ata da Sessão Ordinária de 4 de novembro de 2019

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Municipal, na Sala das Sessões, nos Paços do Concelho.

PRESENTES

Eleitos: Miguel Espregueira Mendes Pereira Leite; Maria da Graça Sousa Raimundo Azevedo Laranjeira Vaz; Nuno Miguel Castelo Branco Matias Caia-no, em substituição do Senhor Deputado André Sérgio Navarro de Noronha; Tiago Barbosa Ribeiro; Pedro Miguel de Azeredo Duarte; Maria Paula Bonifácio Ribeiro de Faria; Miguel de Miranda Cabral Dias Gomes; Maria José Rocha Espinheira; Tiago Serrano Correia de Lacerda; Rui Pedro de Araújo Sá; Daniela Pereira Alves Ribeiro, em substituição da Senhora Deputada Susana Salbany Constante Pereira; Gustavo Rodrigues Pimenta; Alberto Nuno Bragança Assunção Araújo Lima; Maria Isabel do Amaral Antunes Vaz Ponce Leão; Pedro Luís da Rocha Baptista; Rodrigo Vieira de Oliveira; Raúl Mário Carvalho Camelo Almeida; Patrícia Monte Pinto Ribeiro Faro; Fernando Miguel Pinho de Faria Bravo, em substituição da Senhora Deputada Mariana Ferreira Ribeiro Macedo; Maria Adelina Acciaiuoli Faria Barbosa Ducharne; Paulo Jorge Lopes Teixeira; Pedro Braga de Carvalho; Artur Manuel Ferreira Ribeiro, em substituição do Senhor Deputado Belmiro Guimarães Pinheiro de Magalhães; Pedro Miguel Cardoso Lourenço; José António de Abreu Gonçalves Serôdio; Rui Carlos Moraes Lage; Luís Miguel Bonifácio Osório; Carla Maria Pereira Afonso Leitão; Cláudia Sofia da Costa Santos; Beatriz Vilarinho Pires Moutinho Cardoso, em substituição da Senhora Deputada Maria Luísa Machado Pereira Botelho de Magalhães; Bebiana Maria Ribeiro da Cunha; António David dos Santos Ribeiro; Alfredo dos Santos Fontinha; Fernando Pedro Mouta Monteiro, em substituição do Senhor Deputado Francisco Artur Pires Carvalho Carrapatoso; Maria José Pinto de Mesquita de Vasconcelos e Sousa de Lacerda; Joana Isa-



bel Teixeira Afonso Rodrigues; Artur Jorge da Silva Braga, em substituição do Senhor Deputado Serafim Ferreira Nunes; Eduardo Manuel Neves Oliveira Carqueja; Joel Francisco Pontes de Oliveira;

Os Presidentes das Juntas de Freguesia: Junta de Freguesia do Bonfim, Eduardo António Durães Rêgo, em substituição do Senhor Presidente, José Manuel da Fonseca Carvalho; Junta de Freguesia de Campanhã, Ernesto Fortunato Neves dos Santos; Junta de Freguesia de Paranhos, Alberto Amaro Guedes Machado; Junta de Freguesia de Ramalde, António Castanheira Fernandes Gouveia; União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Ana Júlia Teixeira da Motta de Almeida Campos Furtado, em substituição do Senhor Presidente, Nuno Raposo Magalhães Ortigão de Oliveira; União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitoria, António José Gonçalves Fonseca; União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Carla Sofia da Silva Soares Maia.

Verificando-se a existência de quórum, **o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite** declarou aberta a Sessão.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite submeteu à votação a **Ata da Sessão Extraordinária realizada no dia 14 de janeiro de 2019.**

Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite deu conhecimento do Expediente recebido:

(Expedido a 31/10/2019)

- Moção “Preservar o Ambiente e a Natureza, prevenir as alterações climáticas”, da União de Freguesias de Cedofeita, Sto. Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória;



- Moção “Clarificação dos objetivos do Centro Interpretativo do Estado Novo”, da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão;
- Informação estatística de rendimento a nível local sobre o Município do Porto, do Instituto Nacional de Estatística;
- Apresentação de Resultados da Avaliação da Qualidade Percecionada e da Satisfação do Cliente, da Águas do Porto, E.M.;
- Informação sobre as atividades e situação financeira, da União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, reportada a 31 de agosto de 2019;
- Instrumentos de Gestão Previsional 2020/2022, da Empresa Municipal Ágora – Cultura e Desporto, da Empresa Municipal DomusSocial e da Empresa Municipal GO Porto;
- Instrumentos de Gestão Previsional 2019/2022, da Empresa Municipal de Ambiente do Porto;
- Instrumentos de Gestão Previsional 2020/2024, da Porto Vivo, SRU.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite deu início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.**

– Voto de Pesar por Diogo Freitas do Amaral, apresentado pelo Grupo Municipal Rui Moreira: Porto, O Nosso Partido.

O Senhor Deputado Raúl Almeida (RM) leu o Voto de Pesar pelo falecimento de Diogo Pinto de Freitas do Amaral:

“Diogo Pinto de Freitas do Amaral nasceu na Póvoa de Varzim, em 23 de junho de 1941.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no ano de 1963, foi um notável académico especializado em Direito Administrativo. Em 1984 chegou a Professor Catedrático e cumpriu 5 mandatos como Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Direito de Lisboa.

Porém, o seu reconhecimento público advém principalmente da atividade política que iniciou no pós 25 de abril de 1974 quando, num ato de grande coragem, fundou o CDS – Centro Democrático Social, um partido de centro direita, que visava representar esta corrente política num ambiente maioritariamente es-



querdizante, dando a Portugal um regime verdadeiramente plural. É, também, por isso, considerado um dos fundadores da democracia portuguesa.

Foi o primeiro Presidente do CDS, de 1974 a 1982, e de novo de 1988 a 1991.

Ao serviço do CDS foi eleito Deputado da Constituinte de 1975 travando um combate contra a aprovação de uma Constituição ideológica e socialista. Foi Deputado entre 1976 e 1983 e entre 1991 e 1993. Foi Conselheiro de Estado de 1974 a 1975. Fez parte do VI Governo Constitucional, na qualidade de Vice-Primeiro Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros, tendo assumido a função de Primeiro-Ministro interino após a morte de Francisco Sá Carneiro. Integrrou o VIII Governo constitucional com as funções de Vice-Primeiro Ministro e Ministro da Defesa Nacional. Em 1986 foi o candidato do CDS e do PSD para Presidente da República tendo perdido tangencialmente, na segunda volta, para o candidato Mário Soares.

Em 1992 afasta-se definitivamente do partido que fundara. Em 2005, após a vitória eleitoral do Partido Socialista, integra, como independente, o XVII Governo Constitucional, na qualidade de Ministro dos Negócios Estrangeiros.

A sua extensa carreira política teve também relevo internacional: de 1981 a 1983 foi Presidente da União Europeia das Democracias Cristãs e foi Presidente da Assembleia Geral da ONU no biénio de 1995/96.

Sobre o Portugal que ajudara a construir mencionou as vitórias e insucessos no segundo volume das suas memórias políticas, dando nota, também, do seu principal anseio, dizia: 'para mim – que era intrinsecamente um professor universitário e que sempre considerei a Política sobretudo como um dever cívico, a cumprir em momentos difíceis da vida nacional – as seis eleições em que participei não me deram nunca uma vitória pessoal. Mas, no plano intelectual, posso dizer com sinceridade que me sinto realizado. Ter razão antes do tempo não me deu votos suficientes, mas o tempo veio a dar-me razão. Portugal tem hoje modelo que eu defendi desde 1974, democracia civil, economia social de mercado e integração europeia. Fico feliz por isso. Não apenas por ter tido razão, mas sobretudo por achar que esta era, e é, a melhor solução para Portugal.

Quer isto dizer que – aposentado como professor, retirado como figura pública e tendo posto termo à vida política ativa – estou satisfeito com o que a minha



geração deu a Portugal nos últimos 35 anos? Não, não estou. Reconheço que a minha geração, bem como a anterior, deu imenso a Portugal desde 1974 e fez o país progredir em três décadas tanto como a generalidade dos países europeus só progrediu em cinco ou seis décadas.

Mas falhámos quase por completo em três pontos essenciais: não conseguimos manter um crescimento económico acelerado, não melhorámos a qualidade e os conteúdos do ensino secundário e, sobretudo, não fomos justos, nem eficazes, nem generosos, no combate à pobreza, na redução das desigualdades e na generalização da solidariedade social.

Oxalá a próxima geração, hoje no poder, se sinta compelida a fazer mais e melhor no campo da justiça social. (...)’.

Freitas do Amaral foi também um escritor multifacetado, com mais de 50 livros em áreas distintas como o Direito, a Ciência Política, a Biografia, a História, o Romance e o Teatro.

Foi agraciado com várias condecorações e distinções nacionais e estrangeiras, entre as quais se destacam a Grã-Cruz da Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo de Portugal, em 1983; a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique de Portugal, em 1994 e a Grã-Cruz da Antiga, Nobilíssima e Esclarecida Ordem Militar de Sant'Iago da Espada, do Mérito Científico, Literário e Artístico de Portugal, em 2003.

Morre em Cascais a 3 de outubro de 2019, com 78 anos.

Assim, a Assembleia Municipal do Porto, reunida a 4 de novembro de 2019, presta homenagem a Diogo Freitas do Amaral, guardando um minuto de silêncio em sua memória e endereçando à sua família as mais sentidas condolências”.

Os Grupos Municipais do PSD e do PS associaram-se ao Voto de Pesar.

Deliberação: Aprovado, por maioria, com 3 abstenções (CDU).

Foi cumprido um minuto de silêncio em memória de Diogo Freitas do Amaral.



– Saudação ao Arquiteto Álvaro Siza Vieira, pela recente distinção com o Grande Prémio de Arquitetura da Academia de Belas-Artes Francesa – “Prix Charles Abella”, apresentada pelo Grupo Municipal Partido Socialista.

A Senhora Deputada Cláudia Costa Santos (PS) deu conta que: “Antes de apresentar a moção, gostaria de manifestar o privilégio que sinto em fazer esta saudação ao Arquiteto Álvaro Siza Vieira. Para mim, à semelhança dos meus colegas profissionais, é o melhor Arquiteto contemporâneo de sempre e que a sua carreira, enquanto Arquiteto, e as suas obras, da mais complexa à mais austera, excedeu tudo o que possa vir a dizer.

Álvaro Siza Vieira, a saudação pela recente distinção com Grande Prémio de Arquitetura da Academia de Belas Artes Francesa.

Nome incontornável da arquitetura portuguesa e mundial, Álvaro Siza Vieira é um Arquiteto do norte de Portugal, nascido em Matosinhos e formado pela Escola Superior de Belas Artes do Porto.

O trabalho de Álvaro Siza Vieira atravessa as fronteiras disciplinares da arquitetura. Para além de uma sucessão assombrosa de distinções e premiações recebidas ao longo da carreira de Arquiteto, com destaque para o Prémio Pritzker, em 1992; o Praemium Imperiale; o Prémio de Arquitetura Contemporânea Mies Van Der Rohe, em 1998 e o Leão de Ouro de Veneza, em 2002, a distinção da carreira com o primeiro Grande Prémio da Arquitetura da Academia de Belas-Artes Francesa não surpreende, pelo inegável reconhecimento internacional do Arquiteto como um dos melhores Arquitetos.

É o Arquiteto português mais premiado, que emerge com a Revolução de Abril de 1974 pela prática do programa de Serviço de Apoio Ambulatório Local.

A reflexão sobre a sua trajetória pessoal, a relação com a figura de Fernando Távora, a cidade, a história e a significativa itinerância de influência da arquitetura modernista internacional de Adolf Loos, de Frank Lloyd Wright, de Alvar Aalto e Le Corbusier, circunscreve a simplificação e honestidade das suas abordagens na realização das suas obras. Obras e projetos emblemáticos que todos conhecemos e que dispensam enumeração.



Álvaro Siza Vieira é o epicentro da 'Escola do Porto', influenciador de várias gerações de arquitetos.

Foi condecorado com a Grande-Oficial da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada, em 1992; com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique, em 1999 e com a Grã-Cruz de Instrução Pública, em 2017. Recebeu as Chaves da Cidade do Porto, em 2005 e a Medalha de Honra do Município de Matosinhos em 2007.

O Arquiteto Siza Vieira foi o primeiro Arquiteto distinguido com o Grande Prémio de Arquitetura da Academia de Belas-Artes Francesa, no passado dia 9 de outubro, pela 'natureza exemplar de uma trajetória no campo arquitetónico'.

O Júri destacou a capacidade do arquiteto 'em ligar o passado ao presente para lhe dar uma possibilidade de futuro', sublinhando 'o respeito que lhe inspira este grande mestre', a sua obra 'magistral' e o seu 'percurso humanista'.

Assim, a Assembleia Municipal do Porto, reunida ordinariamente a 4 de novembro de 2019, delibera saudar o Arquiteto Álvaro Siza Vieira pela sua obra verdadeiramente excepcional, numa ímpar carreira dedicada à arquitetura Portuguesa que, como diz Eduardo Lourenço em 'Identidade e Memórias', opera a reatualização incessante do que fomos ontem em função do que somos hoje, para o que quisermos ser amanhã, que, ao fim e ao cabo, é a base identitária da Escola do Porto. E, por isso, seguramente, esta é também uma saudação à mestria da arquitetura Portuguesa, da arquitetura do norte de Portugal".

A Saudação foi subscrita por todos os Grupos Municipais representados em Assembleia Municipal.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

– Recomendação "Pela reivindicação dos terrenos municipais apropriados indevidamente na Escarpa da Arrábida", apresentada pelo Grupo Municipal Bloco de Esquerda.

O Senhor Deputado Pedro Lourenço (BE) disse que: "Esta recomendação sobre a reivindicação dos terrenos da Escarpa da Arrábida, todos os Deputa-



dos e Deputadas receberam as conclusões do relatório da IGF – Inspeção-Geral de Finanças sobre a dominialidade daqueles terrenos, que conclui aquilo que o BE vinha denunciando há mais de um ano, inclusivamente aqui, ou seja, que a obra da Arcada estava a ser edificada em terrenos públicos e que foram apropriados de forma ilegal.

Estes terrenos foram apropriados por uma sociedade imobiliária e, portanto, conclui agora a IGF que compete à CMP – Câmara Municipal do Porto e à APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo reivindicar os terrenos que lhe pertencem, existindo junto da CMP e, inclusive, na Comissão de Inquérito que foi constituída por esta Assembleia Municipal, vasto suporte documental que o comprova.

Esta reivindicação, ao contrário do que algumas pessoas têm dito, não acarreta qualquer tipo de responsabilidade indemnizatória, desde logo, porque qualquer licença emitida do ponto de vista urbanístico, é emitida, salvo direitos de terceiros, e neste caso, há direitos do Município, há direitos do domínio público do Estado e há inclusivamente direitos de um privado que já conseguiu usucapir ao obter o reconhecimento de uma parcela do terreno como sua e, portanto, esta licença torna-se nula, se assim for entendido, e depois, porque naturalmente, comprovando-se que houve uma aquisição ilegal e que a CMP foi enganada nesta matéria, este passa a ser um conflito entre duas partes, sendo que uma sociedade imobiliária deve apresentar queixa da sociedade que a enganou.

Portanto, isto tem um paralelo com aquilo que foi o designado Caso Selminho, que foi, aliás, já confirmado em sentença de Tribunal, em que a Empresa Selminho não processa a Câmara Municipal do Porto nem pede indemnização, porque naturalmente lhe competirá pedir a quem a enganou. A esta Assembleia compete, enquanto órgão fiscalizador, e porque tudo indica que a Câmara Municipal do Porto, nas perguntas faz à IGF, não pretende reivindicar o que é do Município, exigir que o faça e, sobretudo, fazê-lo rapidamente”.

O Senhor Deputado Pedro Braga de Carvalho (PS) informou que: “O Partido Socialista votará favoravelmente a recomendação aqui apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda.



Na verdade, para além das questões que foram afloradas no relatório da IGF, e recorro aqui que foi também através de uma Senhora Vereadora do Partido Socialista, designadamente a Senhora Vereadora Odete Patrício, que se levou ao conhecimento da IGF um conjunto de questões relacionadas com a propriedade dos terrenos e com o licenciamento de um conjunto de obras que ali decorreram e hoje estão paradas, como é do conhecimento de todos.

Para além disso, gostaríamos de aproveitar esta oportunidade para manifestar, uma vez mais, a nossa surpresa por ver o Executivo Municipal sempre muito empenhado em dar instruções aos seus Serviços Jurídicos para que, em processos desta natureza, façam valer os direitos que julgam ser legítimos, como nos casos de processos por difamação no exercício do mandato político de cada um dos eleitos, mas não vejamos a mesma vontade, a mesma energia, em fazer valer os mesmos direitos do Município em processos desta natureza, portanto, associamo-nos à moção do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira disse: “Senhor Presidente, eu queria invocar a defesa de honra do Executivo”.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite respondeu: “Com certeza, Senhor Presidente, mas eu creio que, segundo as normas, é depois de terminado o ponto que exercerá esse direito”.

O Senhor Deputado Miguel Gomes (RM) considerou que: “Se me permitem, parece que abriu a temporada de caça à demagogia, porque o BE vem solicitar que seja feita a reclamação relativamente a este processo, junta-se o PS e diz, não, porque afinal fomos nós, o BE disse que foi o ele que despoletou este processo, o PS diz que não, afinal foi o PS que o despoletou, no entanto, a própria moção diz quem é que despoletou este processo. Está escrito no primeiro parágrafo ‘Acompanha este relatório um ofício dirigido pela Câmara Municipal do Porto à IGF...’, ou seja, o processo é iniciado pela Câmara Municipal do Porto, que faz o procedimento adequado.

É evidente que há o tempo político, há o tempo de fazermos, vamos dizer, estas diligências retóricas, mas depois há o tempo da execução e o tempo da



execução exige que se comunique ao IGF. O IGF envia o parecer, a conclusão é entregue há menos de uma semana e é disponibilizada a todos os Senhores Deputados. Perante isto, o Bloco de Esquerda se calhar foi um bocadinho mais lesto a apresentar, a fazer a escrita, mas o PS pelos vistos, na sua diligência, também quis aproveitar o engodo.

Bom, é assim, o processo está a decorrer, tal como está descrito exatamente na moção que nos é trazida pelo Bloco de Esquerda, e está na IGF. A IGF já fez o relatório que tem a sua conclusão, na sequência da qual cabe à Câmara Municipal do Porto em articulação com a APDL, porque não é a Câmara Municipal do Porto que subitamente tem poderes para fazer uma expropriação assim estranha, é a Câmara Municipal do Porto e a APDL, averiguar como é que deve ser feito e a quem cabe o quê, e tudo isto tem o seu tempo.

E eu volto a recordar, está na própria moção, ou seja, o que aqui existe é uma coisa, é o que está escrito, e outra é o que é dito e pior ainda, nas moções não se podem votar os considerandos, votam-se os pontos que estão colocados à discussão, mas aqui faz um processo de intenções que é absolutamente inaceitável, porque no último parágrafo coloca que ‘...especialmente atento ao teor das questões suscitadas...’, que supostamente apontam no sentido de pretender a Câmara Municipal do Porto não reivindicar o que é propriedade municipal.

Só para concluir, nós vamos votar em abstenção, porque isto na realidade é o que a Câmara já está a fazer, agora, o que é lamentável é este número que é aqui trazido.

Só uma pequena nota, Senhor Presidente, para dizer, relativamente ao ponto 2, que o inventário já está a ser executado, mais de 64% já está feito e é possível consultá-lo *online* no SICAP – Centro de Informação de Consumo e Arbitragem do Porto”.

O Senhor Deputado Gustavo Pimenta (PS) interveio, dizendo que: “É apenas para perguntar ao Senhor Deputado Miguel Gomes, quando diz que o processo foi desencadeado por um ofício da Câmara que vem aqui referido, se leu o ofício. É que o ofício da Câmara que vem aqui referido e junto ao processo, não tem nada a ver com o desencadear do mesmo, a pergunta é se leu o ofício”.



O Senhor Deputado Miguel Gomes (RM) respondeu: “Li, Senhor Deputado”.

O Senhor Deputado Gustavo Pimenta (PS) sublinhou que: “Então não percebo a sua dúvida”.

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) referiu que: “A complexidade desta situação decorre, na minha opinião, de um problema, que é o facto de a Câmara, em dezembro de 2001, ter votado uma proposta, então apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara, no sentido de permutar um terreno que lhe pertencia com um terreno que pertencia à IMOLOC e que agora verificamos que é um terreno que afinal pertencia à Câmara. E esse é um problema sério que temos aqui, foi decisão que a Câmara tomou, e recordo-me bem do que estava na fundamentação dessa proposta, dizia que o promotor, no caso a IMOLOC, tinha evidências mais fortes do que as da Câmara de que a propriedade desse terreno lhe pertencia e isso levou a uma votação que ficou 7-6 na Câmara Municipal do Porto, se não estou em erro, em 16 de dezembro de 2001.

Mas a verdade é que foi feita agora uma análise aprofundada, por parte da IGF, não sei com base em que reclamação e/ou até com base no relatório que a Comissão Eventual constituída sobre a matéria decidiu enviar para a IGF, tendo a IGF feito uma análise da situação e considerado que aqueles terrenos, onde está a ser feita a construção, pertencem ao Município do Porto.

Eu acho que, perante esta situação, devemos reivindicar, desde já, essa posse, não obstante, em paralelo, haver um conjunto de outros esclarecimentos que possam ser solicitados relativamente à forma como o processo poderá decorrer, ou seja, o Município deve, desde já, fazer essa reivindicação, não esquecendo que, em 16 de dezembro de 2001, foi a Câmara que, livremente, votou a permuta de um terreno seu com outro terreno que afinal também lhe pertencia e aí é que está o busílis da questão”.

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) disse que: “Da parte do PAN entendemos que, de facto, esta reivindicação dos terrenos deve ser feita, salvaguardando assim aquilo que é o interesse público.



Reitero, uma vez mais, aquela que é a nossa posição, cabendo aos tribunais fazer a devida justiça”.

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 19 votos a favor (12 PS + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN), 1 voto contra do Senhor Deputado Pedro Baptista (RM) e 26 abstenções (20 RM + 6 PSD).

– Recomendação “Programa Solidário Cheque Veterinário: um apoio às famílias economicamente vulneráveis e uma ferramenta de prevenção de abandono animal”, apresentada pelo Grupo Municipal Pessoas-Animais-Natureza.

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) deu nota que: “A proposta que aqui trazemos, relativa ao Programa Solidário Cheque Veterinário, visa apoiar as famílias economicamente vulneráveis e ser também uma ferramenta de prevenção de abandono animal.

O papel dos animais de companhia na nossa sociedade já todos o conhecemos, e sabemos também que os gastos com os cuidados médico-veterinários são bastante elevados, por isso, muitas famílias com rendimentos mais baixos dificilmente terão capacidade económica para prestar os devidos cuidados aos seus animais de companhia.

A Ordem dos Médicos Veterinários lançou um programa nacional de apoio à saúde veterinária para animais de companhia, vulgarmente conhecido por cheque veterinário, e este projeto visa protocolar, entre os Centros Médico-Veterinários e as Autarquias, as respostas necessárias para os problemas que as famílias economicamente vulneráveis vivenciam ao nível da prestação de cuidados médico-veterinários aos seus animais.

Portanto, aquilo que aqui se propõe hoje é uma medida inclusiva, para que qualquer família possa acolher um animal de companhia, independentemente do seu poder económico e que esta Assembleia Municipal recomende à Câmara Municipal do Porto que implemente um cheque veterinário, de acordo com a forma que entender ser pertinente e de acordo com as necessidades identificadas”.



O Senhor Deputado Pedro Lourenço (BE) afirmou que: “O Bloco de Esquerda revê-se em grande parte na intervenção da Senhora Deputada do PAN, assim como na proposta e nos considerandos que faz.

As preocupações que nos traz aqui, muito embora sejam por vezes menosprezadas por uma parte significativa da sociedade, são preocupações que o BE tem tido, para as quais, aliás, temos procurado, do ponto de vista das políticas públicas de apoio às pessoas que têm animais de estimação, encontrar soluções para apoiar quem quer ter um animal e cuidar dele.

A única coisa que nos separa do PAN nesta questão, e que nos suscita as maiores dúvidas, é que a solução estável, duradoura e razoável para este problema seja o imediato recurso ao cheque veterinário, porque nós estamos num momento em que procuramos, pelo menos o BE procura, do ponto de vista nacional, internalizar uma parte muito significativa dos cuidados veterinários, para que as autarquias e os centros intermunicipais possam prestar serviços a estas populações. Portanto, parece-nos que criar agora um programa de financiamento de cheque veterinário tem um conjunto de virtualidades que podem pôr em causa aquilo que é a solução.

De qualquer das formas, nós achamos que, com a criação do Canil Municipal e com o estudo de outras soluções que não passem pelo recurso ao cheque veterinário, a Câmara deve encontrar soluções urgentes para esta matéria. Portanto, por estes motivos, o BE abster-se-á nesta proposta”.

O Senhor Deputado Miguel Gomes (RM) considerou que: “Esta recomendação é evidente que tem o seu mérito. Todos nós temos carinho pelos nossos animais de estimação e todos nós temos ainda mais carinho pela prevenção do abandono animal. Consideramos, no entanto, que este tipo de políticas devem ser envolvidas de uma forma um bocadinho mais global, precisamente no Centro de Acolhimento Animal, que está a ser desenvolvido na Câmara Municipal do Porto, estando a ser construído um novo, e no qual já existem exatamente os processos de vacinação, desparasitação e de esterilização.



Portanto, eu percebo o voluntarismo da medida, no entanto, o nosso entendimento, acolhendo sem dúvida o voluntarismo da medida, é que isto deve ser feito ao nível do Canil Municipal e, por essa razão, iremos votar contra”.

Deliberação: Reprovada, com 3 votos a favor (1 do Senhor Deputado Pedro Baptista (RM) + 1 do Senhor Deputado Gustavo Pimenta (PS) + 1 da Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN), 20 votos contra (RM) e 23 abstenções (11 PS + 6 PSD + 3 CDU + 3 BE).

– Recomendação “Alteração da designação do Pavilhão Rosa Mota”, apresentada pelo Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária.

O Senhor Deputado Raúl Almeida (RM) fez uma interpelação à Mesa: “Só para clarificar, Senhor Presidente. Eu não sei qual é a interpretação que a Mesa dá, mas temos uma proposta de deliberação, quando esta Assembleia Municipal não é competente para deliberar a alteração contratual nesse sentido ou qualquer alteração a este nível.

Em baixo, volta a falar-se em ‘delibera a Câmara’ e, por fim, fala-se em exortação.

Ora, as figuras regimentais normalmente são propostas de recomendação, são moções, portanto, eu gostaria de ter a interpretação do Senhor Presidente sobre isto e um esclarecimento sobre o que é que vamos discutir e a seguir votar”.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite respondeu que: “Senhor Deputado, independentemente da consulta ao Regimento, eu inclino-me para que tenha razão naquilo que diz, isto é, nesta matéria não pode haver deliberações.

Eu começava até por exortar o Grupo Municipal da CDU a mandar as moções dentro da hora combinada, para que, digamos, o enquadramento das mesmas possa ser aferido devidamente.

A moção chegou francamente tarde e, por isso, não pôde ser vista com a atenção devida. Direi que a Mesa, obviamente não querendo coartar qualquer inter-



venção, convida à sua correção, que suponho que será o mais correto, e mesmo na proposta, exortar será também recomendar alguma coisa”.

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) disse que: “Nós não temos problema nenhum, delibera transmitir, isto é, a forma como está aqui escrito é delibera transmitir...”.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite explicou que: “Proposta de deliberação é uma proposta de deliberação e as mesmas cabem na ordem do dia”.

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) disse que: “De qualquer maneira, sem problema nenhum passar a ser proposta de moção...”.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite perguntou: “De moção ou de recomendação? São coisas distintas. Moções ou recomendações são coisas distintas, portanto, no caso concreto, que é dirigido ao Executivo, será uma proposta de recomendação...”.

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) respondeu: “Sim, portanto, a parte deliberativa passa a ser ‘pela qual, recomenda à Câmara Municipal do Porto a adoção das medidas necessárias à reposição da legalidade’...”.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite concluiu que: “Muito bem, fica proposta de recomendação, as correções estão assinaladas. Não restam dúvidas aos Senhores Deputados?”.

O Senhor Deputado Gustavo Pimenta (PS) interveio, dizendo: “Senhor Presidente, eu quero recordar que, nestes longos anos que já temos disto, estamos fartíssimos de deliberar recomendar. É uma proposta de deliberação o que está na recomendação da CDU, delibera recomendar à Câmara”.



O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite afirmou que: “Agora é. Antes não estava, Senhor Deputado. Nós temos enquadramento regimental para estas questões, são votos, moções e recomendações”.

O Senhor Deputado Gustavo Pimenta (PS) interveio de novo, dizendo: “Senhor Presidente, acabámos de votar há minutos, uma proposta do Bloco de Esquerda que delibera, e é assim que temos feito sempre”.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite frisou que: “Delibera recomendar e a proposta chamava-se proposta de recomendação”.

O Senhor Deputado Gustavo Pimenta (PS) disse: “Sim, e delibera”.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite deu conta que: “Senhor Deputado, a Mesa foi chamada à atenção...”.

O Senhor Deputado Gustavo Pimenta (PS) insistiu: “Senhor Presidente, de facto a Assembleia delibera. Delibera o quê? Recomendar, propor...”.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite reiterou que: “Em nenhum momento estava utilizada a palavra recomendar, e as matérias que são objeto de deliberação ou suscetíveis de serem deliberadas pela Assembleia estão elencadas na Lei”.

O Senhor Deputado Gustavo Pimenta (PS) replicou: “Então não sei como é que nós acabámos de deliberar recomendar”.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite terminou, dizendo: “Senhor Deputado, estamos porventura em divergência, mas eu acho que até estamos entendidos”.



O Senhor Deputado Gustavo Pimenta (PS) pediu para “Ficar registado”.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite respondeu: “Fica registado, com certeza”.

O Senhor Deputado Gustavo Pimenta (PS) insistiu, mais uma vez: “É função desta Assembleia deliberar, Senhor Presidente”.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite lembrou que: “É função deliberar na ordem do dia, fora da ordem do dia é votar. Votos, moções e recomendações é o que cabe no período antes da ordem do dia.

Creio que estamos entendidos”.

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) deu nota que: “Independentemente da questão da terminologia, aquilo que é o fundamental, e que nos leva a apresentar esta proposta, é que efetivamente há uma decisão da Câmara Municipal do Porto sobre esta matéria de renomeação do Pavilhão Rosa Mota e os termos da deliberação da Câmara Municipal do Porto, aí sim, uma deliberação, vai no sentido de se acrescentar ao nome que estava definido, Pavilhão Rosa Mota, uma nova designação, Super Bock Arena, e aquilo que verificamos é que ao contrário da decisão que foi tomada pela Câmara Municipal do Porto, e que está aqui explanada neste documento, aquilo que surgiu foi uma inversão desses termos, passando a ser, Super Bock Arena – Pavilhão Rosa Mota, aliás, vê-se também na própria fachada do edifício a diferença entre as dimensões das duas designações.

Na nossa opinião, o que a Câmara decidiu não foi isso e, não sendo isso, apelamos à Câmara Municipal do Porto para repor a decisão que tomou, se a memória não me atraiçoa, no dia 18 de novembro do ano passado”.

O Senhor Deputado Pedro Lourenço (BE) referiu que: “Sobre esta polémica da designação do Pavilhão Rosa Mota, o BE tomou posição pública sobre ela e



eu não me vou alongar sobre isso. Cada Partido se pronunciou o Executivo também.

Agora, a CDU traz aqui um alerta importante, é que, de facto, aquilo que foi efetivamente aprovado na reunião do Executivo, e consultados as atas, os documentos do processo e o caderno de encargos da concessão do Pavilhão Rosa Mota, nós não temos como não subscrever esta afirmação que a CDU aqui coloca de que, de facto, não há suporte legal para a Super Bock e o concessionário fazerem o que fizeram.

Consultada a deliberação Executivo e, portanto, aquilo que o Executivo permitiu que o concessionário fizesse, não resulta necessariamente que o nome tivesse que ser aquele, portanto, nós discordamos da posição pública do Executivo ao dizer ‘nós nada podemos fazer para repor o nome do Pavilhão’, que é para toda a gente o Pavilhão Rosa Mota.

Ora, nós aqui defendemos que esta Assembleia reconheça que de facto esta alteração não teve suporte legal, que é aquilo que refere o ponto 2, depois, que peça à Câmara que tome todas as diligências necessárias para corrigir a decisão, sem suporte legal, do concessionário e, por fim, se de facto existem pareceres jurídicos que afirmam que a Câmara não tem possibilidade nenhuma de repor o nome do Pavilhão, esses pareceres jurídicos devem, por uma questão de transparência e também de dever público, ser divulgados a esta Assembleia Municipal e à cidade.

O BE vota a favor desta recomendação da CDU e apela à Câmara Municipal que corrija rapidamente um erro que está a todo o tempo de ser corrigido”.

O Senhor Deputado Pedro Braga de Carvalho (PS) deu conta que: “O Partido Socialista irá votar favoravelmente esta moção do Grupo Municipal da CDU, no entanto, porque queremos aflorar um conjunto de questões sobre esta matéria, para as quais o tempo de que dispomos neste modelo de debate não é suficiente, reservamos a nossa intervenção para o tempo dos partidos”.

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) disse que: “No fundo, aquilo que queremos aqui dizer é que o progresso da cidade não se pode fazer com a subjugação de uma atleta e da prática desportiva e a bem da cidade e do res-



peito a uma atleta, campeã olímpica, nós entendemos que também não pode valer tudo. Nem todos os fins justificam os meios e, nesse sentido, iremos votar favoravelmente esta proposta da CDU”.

O Senhor Deputado Raúl Almeida (RM) usou da palavra para dizer que: “Eu fui seguindo as notícias desta novela desde manhã, numa rádio nacional, e isto foi um folhetim por capítulos. Começámos de manhã com um choque, com um pudor enorme pelo facto de a atleta aparecer associada a qualquer tipo de marca de bebida alcoólica ou a bebidas alcoólicas, o que seria incompatível com o seu estatuto e curiosamente, logo a seguir, vem-se a saber que a atleta era confrade da Confraria da Cerveja, entronizada pelo meu amigo pessoal António Pires de Lima, à altura, imaginem, Presidente da Unicer Super Bock; que na ponte aérea Porto/Lisboa, que tanto prejudicou o Porto, a atleta, incompatível com o vinho, distribuía garrafas de Vinho do Porto aos passageiros, promovendo as virtudes da ponte aérea Lisboa/Porto; que no Bombarral, cidade do vinho, a atleta promovia e sponsorizava a 10.^a Corrida do Vinho, entre outras coisas, e depois, talvez por isto, a meio do dia mudou-se a questão, e então já era se o acrescentar, acrescenta antes ou depois.

Eu procurei, vi a questão contratual, interessei-me, porque é um tema importante, e em lado nenhum, em enciclopédia nenhuma, em ponto nenhum, aparece o antes ou o depois no acrescento. Um acrescento é um acrescento e é só isso.

Depois, por fim, surgem os indignados, surge a chicana política, surge o aproveitamento, e vão todos à boleia. É que, desde 1988, o Pavilhão dos Desportos era Pavilhão dos Desportos Rosa Mota.

Entretanto, na altura, lembro-me de a Doutora Manuela de Melo fazer parte do Executivo, Executivos Socialistas e outros que se lhe seguiram, prometeram a Rosa Mota a criação de um prémio Rosa Mota no desporto da cidade, patrocinado pela Câmara Municipal do Porto. Eu faço aqui uma pergunta simples, onde é que está esse prémio, onde é que está a indignação de Rosa Mota por nunca ter existido esse prémio? Foi dito a seguir que seria criado, naquela coisa socialista de multiplicar cargos e cargos e cargos, um cargo no quadro da Câmara Municipal do Porto para a Rosa Mota ser uma Embaixadora do des-



porto na cidade de forma profissional. Esse cargo foi criado? Nunca. Onde é que está a indignação da Rosa Mota, onde é que está a indignação dos agentes políticos por este cargo não ter sido criado? Foi prometido a Rosa Mota, uma rua com o seu nome na Foz do Douro, no Porto. Onde é que fica essa rua? Os Senhores Deputados estão com os telemóveis, procurem no Google Maps e digam onde é que o Partido Socialista criou essa rua, onde é que batizou essa rua? Essa rua não existe. Onde é que está a indignação de Rosa Mota, onde é que está a indignação dos Deputados Socialistas? Não a vejo.

Eu vejo uma coisa muito simples. O Pavilhão dos Desportos está como está, é uma referência da cidade, e incomoda muita gente; o Bolhão, as obras do Bolhão estão, pela primeira vez, a cumprir prazos, o Bolhão vai existir, vai ser uma referência da cidade, e incomoda muita gente; o Batalha estava a cair, vai ser recuperado, e incomoda muita gente; o Terminal Intermodal incomoda muita gente.

E eu termino, Senhor Presidente, dizendo que, no fim disto tudo, desta polémica toda, de todas estas vaidades, pruridos e indignações fingidas, 1988-2019, 31 anos, finalmente, o nome de Rosa Mota está, pela primeira vez, na fachada do Pavilhão dos Desportos”.

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) considerou que: “O pior que nos pode acontecer na Assembleia Municipal é apoucar Rosa Mota, porque, Rosa Mota tem o seu lugar na história da cidade, na história do País.

O que colocamos aqui, e procuramos abstrair-nos de todo um conjunto de discussões, é que a Câmara Municipal do Porto tomou uma decisão que, na nossa opinião, se traduz num acrescento, e um acrescento não é antes, é acrescentar à designação regular.

Portanto, quilo que nós pedimos é que, se a Câmara tomou essa decisão, então que seja coerente, ou leva este assunto à votação do Executivo e vota a alteração formal do nome, ou exige aos promotores que cumpram aquilo que foi a decisão da Câmara Municipal”.

O Senhor Deputado Alberto Machado (PSD) deu nota que: “Este assunto para o PSD é deveras estranho. A Câmara Municipal toma uma decisão de



adotar um *branding* diferente do Pavilhão, essa deliberação é aprovada e nesse seguimento o Pavilhão é inaugurado e o nome que lá está é Super Bock Arena – Pavilhão Rosa Mota.

Para nós é absolutamente indiferente ser de uma maneira ou ser de outra. Aquilo que é fundamental é que se perpetue o nome, naturalmente, da Rosa Mota, que é uma atleta que nos deve orgulhar a todos, mas também que tenha sido possível executar aquela obra sem custos para o Município, como foi, e, se a Câmara Municipal acha aquela deliberação não está conforme com aquilo que foi a sua deliberação, à época, deve, naturalmente, agir em conformidade, mas julgo que não deve ser esta Assembleia Municipal a fazer este tipo de chicaneria sem necessidade”.

Deliberação: Reprovada, com 22 votos contra (21 RM + 1 do Senhor Deputado Luís Osório (PSD), 19 votos a favor (12 PS + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN) e 5 abstenções (PSD).

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite deu início ao Período de Intervenção dos Grupos Municipais.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS GRUPOS MUNICIPAIS

O Senhor Deputado Pedro Braga de Carvalho (PS) referiu que: “É indiscutível que o Pavilhão Rosa Mota necessitava de urgentes e profundas obras de reabilitação que permitissem assim devolver à cidade um equipamento com inegável utilidade pública. O modelo aprovado para levar a cabo as obras de reabilitação necessárias foi, como é do conhecimento de todos, o da concessão do espaço a um privado pelo período de 20 anos. No contrato assinado com o concessionário vencedor do concurso público, a mudança de designação do Pavilhão não era consequência a que o Município estivesse irremediavelmente vinculado, pelo contrário, o Município, através do órgão Câmara Municipal, teria sempre que provar ou não, qualquer alteração à designação do Rosa Mota.



Por razões de elementar bom senso e de cordialidade Rosa Mota foi consultada durante o processo de execução das obras de reabilitação, segundo a própria, e apesar de ter manifestado disponibilidade para que o seu nome fosse definitivamente retirado do espaço deu consentimento para que a nova designação do Pavilhão fosse Pavilhão Rosa Mota – Super Bock Arena. A Câmara Municipal e o concessionário tiveram inteiro e esclarecido conhecimento do referido consentimento e na versão de Rosa Mota, houve acordo sobre o mesmo.

O acordo entre Rosa Mota, a Câmara Municipal e o concessionário não tem validade jurídica própria, porque, no contexto do contrato de concessão, as partes são apenas e só o Município e o referido concessionário. Rosa Mota não podia, ao contrário do que a comunicação oficial camarária quis fazer crer, acordar algo em paralelo com o concessionário a que a Câmara fosse banalmente alheia. Mas se é certo que o acordo entre Rosa Mota, a Câmara Municipal e o concessionário não tem validade jurídica própria é igualmente certo que o mesmo tem uma importância política óbvia a que os decisores públicos não podem ser indiferentes. E relembremo-nos, Senhoras e Senhores Deputados, que qualquer alteração à designação do Pavilhão Rosa Mota teria sempre que ser aprovada pela Câmara Municipal.

Na proposta de 20 de novembro de 2018, que foi levada à reunião da Câmara Municipal, propôs-se, e estou a citar: ‘Acrescentar o uso corrente e durante a vigência do contrato à designação toponímica do Pavilhão Rosa Mota a marca comercial Super Bock Arena’ e que, continuo a citar: ‘Não altera a designação formal ou corrente do equipamento traduzindo-se apenas na adoção suplementar de *branding*’.

À época, por razões de proteção do património toponímico da cidade, mas também por se ter considerado que a adoção suplementar de *branding* correspondia a um benefício económico injustificado, as Senhoras e os Senhores Vereadores do Partido Socialista votaram contra a proposta apresentada, e em boa hora o fizeram, porque Senhoras e Senhores Deputados, parece-nos evidente que acrescentar no uso corrente à designação toponímica do Pavilhão Rosa Mota, a marca comercial Super Bock Arena, não pode corresponder ao que hoje todos vemos nas paredes do Rosa Mota.



Acresce que, ainda segundo Rosa Mota, por diversas vezes a própria terá alertado os responsáveis políticos do Executivo da Câmara para aquilo que lhe parecia configurar uma violação da designação Pavilhão Rosa Mota – Super Bock Arena. Essa violação ficou finalmente cristalizada na opção pela ordem inversa dos vocábulos, ou seja, Super Bock Arena – Pavilhão Rosa Mota. Ademais da nova designação, o marketing escolhido, a disposição gráfica das letras, demonstram à sociedade a importância e o destaque que a marca do patrocinador recebe, em detrimento do nome da antiga campeã olímpica.

Perante tudo isto não vimos a comunicação oficial camarária desmentir Rosa Mota, apenas vimos essa mesma comunicação por diversas formas e meios justificar que Super Bock Arena – Pavilhão Rosa Mota, o marketing escolhido, a disposição gráfica das letras bem como a reabilitação do equipamento honram mais Rosa Mota do que o passado recente do espaço. Contudo esta não é a questão política, a questão política é mesmo a de entender por que razão permitiu o Executivo da Câmara Municipal que o Pavilhão Rosa Mota passasse a ser Super Bock Arena – Pavilhão Rosa Mota, desrespeitando assim o património material da cidade.

Tudo o resto, Senhoras e Senhores Deputados, não é mais do que areia para os olhos”.

O Senhor Deputado Pedro Lourenço (BE) informou que: “Venho falar do Corte Inglês na Rotunda da Boavista no Porto.

O Bloco de Esquerda tomou conhecimento, através da comunicação social, da intenção da Câmara Municipal do Porto em viabilizar a construção de uma nova loja do Corte Inglês nos terrenos da antiga estação ferroviária da Boavista. Segundo o Vereador da Economia, Turismo e Comércio, o El Corte Inglês estaria a tratar da questão do licenciamento, o que terá deixado a Câmara, e cito: ‘muito satisfeita, prevendo que a obra possa arrancar ainda em 2020’.

Ora, este é um terreno ainda público, numa zona central da cidade, com elevada densidade de construção e com vários centros comerciais já ali instalados. Sobre ele, tem igualmente vindo a público a vontade de vários municípios, nomeadamente através de uma petição que conta com mais de quatro mil assinaturas e também de várias associações cívicas, em manter este terreno na esfe-



ra pública de forma a albergar um espaço verde que sirva os habitantes da cidade.

Também o Bloco de Esquerda vê com grande preocupação a possibilidade de ali nascer uma nova unidade comercial de grande dimensão, que numa zona já bastante sobrecarregada irá trazer um impacto excessivo ao nível da mobilidade e da sobrecarga para as infraestruturas.

Na opinião do BE este é um projeto que a cidade não precisa, que a cidade não quer e que a cidade deve recusar, como aparentemente a Câmara do Porto sempre recusou ao longo dos últimos 20 anos.

Por exemplo, nada impede que nasça ali, hoje, em alternativa, uma solução de habitação a custos controlados que dê resposta às graves carências habitacionais do Porto e coexista com espaços verdes e outros tipos de equipamentos.

Acresce ainda que o Bloco de Esquerda tomou recentemente, e a muito custo, conhecimento dos termos do contrato celebrado entre o Corte Inglês e a Infraestruturas de Portugal, cujas condições consideramos serem muito lesivas do interesse público, conforme se verá durante os próximos dias.

Na verdade, aquilo que em 2000 poderia ter sido eventualmente um bom acordo para o Estado, hoje, manifestamente não o é e a sua concretização depende apenas de uma única decisão, que é a aprovação camarária do projeto.

O Bloco de Esquerda considera preocupante toda a falta de informação e transparência sobre este processo, assim como a manifesta ausência de discussão pública sobre o projeto que se prevê para aquela zona do Porto e sobre o qual a Câmara também se deveria pronunciar em defesa da cidade.

Na nossa opinião, a Câmara não deve validar indiretamente, com a sua intervenção, um negócio lesivo para o Estado, nem deve aprovar um projeto, com este impacto, nas costas da cidade. É a Autarquia que define o modelo de cidade que pretende e que decidirá se aprova ou não mais um enorme centro comercial naquele local.

Uma coisa queremos deixar hoje bem clara, este não é certamente o modelo de cidade que o Bloco de Esquerda defende”.

O Senhor Deputado Artur Ribeiro (CDU) deu nota que: “Queria dizer aqui duas ou três coisas muito rapidamente.



Primeiro, a Câmara do Porto tem-se substituído ao Estado e tem assumido compromissos financeiros em muitas matérias que são competência da Administração Central. Estou a lembrar-me da reabilitação do Alexandre Herculano, do autocarro para o Joãozinho, das dez viaturas que comprou para oferecer à PSP – Polícia de Segurança Pública, da disponibilidade para gastar ao investir 400 mil euros nas salas de injeção assistida, na manifestação já da vontade de reabilitar o Centro de Saúde de Azevedo, ou seja, uma câmara que tem esta disponibilidade para gastar o dinheiro que devia investir na cidade em matérias que são competência da Administração Central, tem que, pelo menos, ter a capacidade de exigir ao Governo que faça na cidade aquilo que compete ao Governo.

Nós todos os dias temos visto nos jornais notícias horríveis sobre o que se passa no Tribunal de S. João Novo, ou seja, o Tribunal está completamente a cair. Tem obras prometidas há vários anos, os trabalhadores trabalham em condições absolutamente sub-humanas, as obras têm sido sucessivamente adiadas e isto não pode acontecer.

Estou a lembrar-me também que quase todos os dias, à hora do almoço, eu vejo no noticiário manifestações de protesto em escolas. Quando é em escolas que não são do Porto, evidentemente que também me custa, mas com o mal dos outros a gente vai vivendo, mas hoje vi uma manifestação numa Escola em Aldoar, os professores, os alunos, os pais, até dirigentes do Sindicato a protestarem por falta de pessoal auxiliar. Ora, a Escola é uma Escola Básica, não é à Câmara que compete colocar o pessoal, mas a Câmara tem que ser capaz de exigir ao Governo que cumpra aquilo que lhe compete. Eu tenho que ver a capacidade do Presidente da Câmara pela capacidade que tem ou não de conseguir que o Governo faça aquilo que é preciso.

Eu já disse aqui várias vezes ao Dr. Rui Moreira, e nunca me canso de o dizer, que a voz do Presidente da Câmara da primeira cidade do país tem que ser escutada. Esta é a primeira cidade do país e, portanto, quando o Presidente da Câmara desta cidade fala tem que ser ouvido. Eu acho que ele tem que publicamente exigir, e não é só nas conversas com o Primeiro-Ministro, ele tem que exigir publicamente e dizer que o Governo não faz aquilo que deve. Nós esta-



mos a fazer mais do que aquilo que nos compete fazer e, portanto, temos o direito de exigir.

De facto, na cidade do Porto há muita coisa que está mal. O ano letivo está a começar e há estes problemas todos e, pelos vistos, também há no Porto. Eu acho que mesmo em algumas escolas que são da Câmara, Escolas Primárias, antigas Escolas Primárias, há alguns problemas, ainda há dias estive numa e vi que chovia, e essas são mesmo competência da Câmara, portanto, é preciso resolver os problemas. O ano escolar está a começar, é preciso dar condições aos alunos, aos professores, aos funcionários e, portanto, o Presidente da Câmara tem que fazer ouvir a sua voz, e tem que exigir que, de uma vez por todas, se reabilite o Tribunal de S. João Novo e as Escolas, nomeadamente esta Escola da Rua da Vilarinha, que não tem funcionários e as pessoas vão para os seus empregos, deixam as crianças nas Escolas, mas têm que ir tranquilas, sabendo que as crianças estão bem entregues”.

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) usou da palavra, dizendo: “Recentemente vivemos um importante momento para o País, as eleições legislativas. Com os atuais níveis de abstenção, neste momento, apesar de haver mais forças representadas no hemiciclo português, estas só representam a vontade de aproximadamente metade da população. A elevada taxa de abstenção verificada foi, e sempre será, uma derrota da nossa democracia. Todos devemos ser convocados a lidar com este problema. No caso do PAN, e como tem vindo a ser tendência, vimos crescer a nossa representação na Assembleia da República. As dificuldades e os problemas que marcam o dia a dia em Portugal, os grandes desafios do século XXI, colocam exigências acrescidas, quer na Assembleia da República, quer aos governos locais e às Assembleias Municipais, particularmente nas decisões a tomar relativamente às respostas necessárias para que os problemas exigentes e urgentes sejam ultrapassados.

As eleições legislativas não se desligam da política que se faz no Porto. Neste sentido há uma série de problemas na nossa cidade que nos continuam a mover com o mesmo sentido de compromisso de quando assumimos a nossa presença nesta Assembleia Municipal. Mais proximidade aos problemas das pessoas, mais humanismo, uma visão sistémica que consiga ver os diferentes la-



dos dos problemas, melhores políticas de proteção animal, uma visão da cidade como um todo, que se traduzirá em melhorias da mobilidade, um combate mais comprometido às alterações climáticas.

A Agência Europeia do Ambiente informou recentemente que em Portugal, a poluição do ar está associada à morte prematura de seis mil pessoas. Nos dados recolhidos no Porto pela Agência Portuguesa do Ambiente estes superam os valores limite de poluição do ar, sendo que inverter este cenário exige medidas mais corajosas nas políticas de mobilidade, de ordenamento do território e ambientais.

Neste sentido, recentemente a Câmara Municipal do Porto foi alertada publicamente pelo Arquiteto Paisagista Farinha Marques sobre a destruição dos logradouros da cidade e sobre a importância de manutenção dos mesmos. Já o Relatório da CDP – Centro de Diagnóstico Pneumológico ‘Cidades em Risco’, conclui que 85% de todas as cidades analisadas, nas quais se inclui o Porto, já sente impactos reais em resultado das alterações climáticas, tais como inundações, secas ou calor extremo. A CDP considera que a ação das cidades é ainda insuficiente para alcançar a resiliência neste combate e adaptação às alterações climáticas.

Ainda vamos a tempo, se for já”.

O Senhor Deputado Raúl Almeida (RM) deu conta que: “Eu tinha decidido encerrar a intervenção de há pouco, mas há um motivo para a reabrir, e o motivo é a intervenção que o Senhor Deputado Pedro Braga de Carvalho aqui fez, com todo o legítimo direito da participação democrática, mas que necessita de esclarecimentos e estou em crer que o Senhor Deputado, no seu espírito democrático, os aceitará bem e compreenderá a luz que aqui venho ajudar a fazer sobre o assunto.

É curioso que se diga que Rosa Mota não sabia de nada, que Rosa Mota é uma vítima de circunstâncias sombrias ou menos claras. Não é, há documentação, Senhor Deputado, Senhoras e Senhores Deputados, da Unicer Super Bock que relata as negociações em curso, em novembro de 2018, já em bom andamento, entre Rosa Mota e esta empresa, referente ao *branding*, logótipos, todo o *marketing*, tudo o que é normal estar associado a uma atleta com a cra-



veira e com projeção nacional e internacional de Rosa Mota. Quando a Câmara Municipal do Porto, que, curiosamente, só tem conhecimento do primeiro logótipo em dezembro de 2018, um mês antes já Rosa Mota estava em negociações avançadas com a Unicer. E isto diz tudo sobre o esclarecimento de cada um, o nível de informação de cada um e o nível de envolvimento de cada um neste processo.

Avisos ao Município, houve muitos avisos ao Município, então expliquem-me porque é que a Imprensa, não sei se um Gabinete de Imprensa de Rosa Mota, não sei se um Gabinete de Imprensa de alguma força política que estaria a cooperar com Rosa Mota no aproveitamento político deste dia, cria a cronologia que eu aqui citei. Se o problema era um problema de informação entre Rosa Mota e o Município, porque é que o primeiro problema que surge na cronologia passada à Imprensa do *spinning*, como os Senhores sabem, é o problema da associação da atleta ao álcool? Só depois, muito mais tarde, surge a questão do esclarecimento à falta e à falência sucessiva, ao longo de horas, das sucessivas razões apresentadas que iam caindo e sendo desmentidas, umas atrás das outras, não pela Câmara Municipal do Porto, mas por uma coisa terrível que, nestas circunstâncias, se chama realidade. Foi a realidade, não foi mais nada. Não foi a Câmara do Porto, foi a realidade. E depois o Senhor Deputado diz-nos que isto é uma questão política. E tem toda a razão, é uma questão política. É uma questão essencialmente e profundamente política. A questão política é que o Executivo de Rui Moreira constrói, inova e devolve à cidade o seu património mais significativo e significativo; a questão política é o que já lhe falei, o Bolhão, o Terminal Intermodal, o Batalha, todos os grandes emblemas da cidade em que o Executivo de Rui Moreira trabalha afincadamente para devolver à cidade; a questão política é que, pela primeira vez em 31 anos, o nome de Rosa Mota está na fachada do Pavilhão dos Desportos; a questão política é que, enquanto o PS gastou, e gasta, e deixou as contas da Câmara no estado em que todos sabemos, com tudo isto, com todo o edificado, com toda a devolução do património à cidade, com toda a obra, com todo o reencontro do Porto com os portuenses, as contas de Rui Moreira serão conhecidas, o endividamento bancário será conhecido e isso só pode orgulhar, claro que o



Executivo de Rui Moreira, claro que todos os que o apoiam, mas que orgulha, em primeiro lugar, a cidade e cada um dos portuenses.

Portanto, Senhor Deputado, a questão é eminentemente e profundamente política. Enquanto uns criam dívida sem construir os outros arranjam as contas construindo, edificando, inovando e devolvendo o Porto aos portuenses”.

O Senhor Deputado Alberto Machado (PSD) interveio, dizendo: “O PSD traz hoje aqui um assunto que nos deve preocupar a todos e que nos deve sensibilizar e mobilizar a todos no mesmo sentido.

Trata-se da questão da mobilidade ou, neste caso, da falta dela, que afeta a qualidade de vida de muitos portuenses e de muitos outros cidadãos de outros concelhos limítrofes.

Circulam na cidade cerca de 600 mil carros por dia e os portuenses passam cerca de 145 horas por ano no trânsito. Naturalmente são múltiplas questões de algum despojo de responsabilidade do Governo, da Área Metropolitana do Porto, mas também da Câmara Municipal e são questões que, para além da tão importante questão ambiental, que a todos deve preocupar, trazem também um conjunto significativo de decisões políticas que precisam de ser tomadas nestes diferentes órgãos, quer ao nível deste Município, quer ao nível da Área Metropolitana, quer ao nível do Governo.

Há uma bandeira que o PSD tem vindo a defender ao longo dos últimos anos, a necessidade de ‘desportajarmos’ ou reduzimos significativamente o peso do custo de circular na A41, desviando o atravessamento da cidade, incentivando o tráfego Norte-Sul e Sul-Norte e desincentivando o uso da VCI, para que possamos respirar um pouco melhor e possamos circular um pouco melhor na nossa cidade.

Há também uma outra matéria, que também nos tem preocupado, relativamente à Metro do Porto, que tem a ver com duas linhas que têm ficado para trás, mas que para o PSD são muito caras. Trata-se da linha do Campo Alegre e da linha que vai fazer a ligação entre o Parque Nascente, Hospital de S. João, Arca d’Água, Carvalhido e Casa da Música, que são linhas circulares que aumentariam de forma muito significativa a mobilidade dos cidadãos.



Também nos preocupa, isto a nível mais local, um conjunto de alterações do sentido de trânsito que tem sido feito na nossa cidade nos últimos tempos, o estreitamento de algumas vias, como, por exemplo, a Avenida Montevideu e a Avenida Brasil, alguns atrasos na implementação do Projeto Rua Direita, são tudo questões que merecem e carecem de uma gestão mais assertiva da via pública e um reforço nesta matéria.

O PSD aproveita assim este tempo destinado aos Partidos para colocar o enfoque na agenda da mobilidade, porque entendemos que todas estas dificuldades que temos sentido se tem refletido, de forma muito significativa, no decréscimo da melhoria da qualidade de vida de todos aqueles que moram no Porto”.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite informou que: “Daria a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

Compreendo, digamos que foi também com surpresa que, na consulta regimental, verificamos esta confusão do Regimento sobre a defesa da honra, porque eu acho que obviamente a mesma deve poder ser exercida imediatamente após ter ocorrido.

Portanto, concordando, e porventura não, com o que está estipulado no Regimento, foi essa a interpretação do mesmo, pelo que lhe apresento as minhas desculpas.

Senhor Presidente da Câmara, tem agora a palavra”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira usou da palavra para exercer o direito de defesa da honra: “Relativamente ao direito que existe da defesa da honra, eu queria chamar a atenção do seguinte: a Lei prevê que a Câmara se faz representar em todas as Assembleias Municipais pelo Presidente da Câmara, eu não estou cá por vontade própria, ainda que goste muito que cá estar, estou cá porque tenho que estar.

Aquilo que diz o art.º 44.º do Regimento é que ‘Os agrupamentos políticos, através do seu porta-voz, bem como os membros da Assembleia Municipal, individualmente, podem usar da palavra por tempo não superior a três minutos, para defesa da respetiva honra ou consideração, imediatamente após a intervenção que a tenha posto em causa’.



Não tenho dúvida que o art.º 37.º se refere aos Vereadores, porque esses, sim, estão cá apenas a assistir, não tenho dúvida sobre essa matéria, de qualquer maneira, custa-me que qualquer pessoa, seja ela quem for, não possa usar do direito de defesa da honra no momento certo, mas compreendo o entendimento e o Senhor Presidente compreenderá que aqui não há, como sabe, nada de pessoal, apenas o lamento e acho que este assunto deveria ter sido tratado no momento certo.

Eu queria usar a defesa da honra para, em nome da Câmara Municipal, dos Serviços Jurídicos, que o Senhor Deputado acusou de estarem a gastar as suas energias para perseguir Vereadores...

Para que fique claro, aquilo que aconteceu é que no entendimento de um Juiz, porque como sabe há uma pessoa que é arguida, que foi acusada e que vai ser julgada, no entendimento do Juiz, o que houve foi uma ofensa deliberada à honra de funcionários da Câmara Municipal do Porto, que a Senhora em causa nomeou, pôs lá o nome das pessoas, e disse que eles, estão lá os nomes, não os vou citar aqui, não atuaram por incompetência, atuaram por dinheiro.

A Câmara Municipal do Porto, perante uma situação destas, nunca deixará de defender as pessoas que aqui trabalham. Lamento se não são membros do seu partido, se calhar, se fossem, o Senhor Deputado teria relativamente a isso uma posição diferente.

A Câmara Municipal do Porto considera que é particularmente grave e, aliás, o Juiz também entende, ou, pelo menos, a acusação também entende, porque a pessoa em causa é Vereadora e, portanto, se tivesse dúvidas tinha todos os meios ao seu dispor para obter os justos esclarecimentos e para os levantar onde deve levantar, que é em Executivo e não numa página de *Facebook*.

Era apenas isto que eu queria dizer”.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite deu início ao Período da Ordem do Dia.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

(Convocatória Expedida a 31/10/2019)



O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite informou que, de acordo com o que foi deliberado em Comissão Consultiva de apoio à Mesa, os Pontos 1 e 2 serão debatidos em conjunto e votados separadamente.

1. Deliberação sobre a Alteração da estrutura orgânica da Câmara Municipal do Porto.

NUD/351380/2019/CMP

2. Deliberação sobre Alteração ao Mapa de Pessoal de 2019 e autorização para abertura de procedimentos concursais.

NUD/385209/2019/CMP

O Senhor Deputado Joel Oliveira (BE) disse que: “Nesta alteração da estrutura orgânica da Câmara constatámos a extinção da Direção Municipal de Cultura, a integração do Serviço Municipal de Proteção Civil na estrutura do Município e alterações no número de unidades e subunidades orgânicas, alterações estas que corresponderão certamente à reorganização dos serviços municipais que o atual Executivo considerará mais adequada à concretização dos seus objetivos.

Tem sido posição do Bloco de Esquerda considerar que executivos municipais podem e devem fazer as escolhas organizacionais que julguem mais convenientes e, nesse sentido, não votaremos contra a proposta aqui trazida. Não deixamos contudo de voltar a considerar necessária a reposição do Departamento Municipal do Centro Histórico, que chegou a existir na estrutura orgânica do Município, mas que foi extinto em 2006. A importância de responder de forma integrada às especificidades do Centro Histórico do Porto e a alteração entretanto ocorrida na SRU do Porto justificam, a nosso ver, a recriação de uma estrutura especializada na gestão e intervenção no Centro Histórico, o que até ao momento ainda não aconteceu.

Quanto à abertura do procedimento concursal para assistente técnico com funções de gestão de zona de estacionamento de duração limitada, merece o nosso acordo, dado ser uma função que começa a ser internalizada”.



A Senhora Deputada Joana Rodrigues (CDU) deu conta que: “Relativamente à primeira proposta que nos é apresentada, a CDU compreende que esta proposta que aparece aqui se prende com alterações legislativas assim como também com alterações da estrutura orgânica do Município que se enquadram nas suas competências. No entanto, todo este processo, não deixa de nos merecer alguma preocupação, principalmente no que diz respeito à transferência, que é mencionada na área da Cultura. Nós receamos que com esta transferência para a Empresa Ágora, se possa perder algum controlo e fiscalização, que são necessários por parte dos órgãos municipais.

Valorizamos também o facto de a Comissão de Trabalhadores ter sido envolvida em todo este processo, como, aliás, nós sempre defendemos em processos anteriores, mas aproveitamos para questionar se os trabalhadores que agora serão transferidos, ou os que não são, se foram ouvidos e envolvidos também e se, no meio deste processo, não corremos o risco de se perder conhecimentos adquiridos nesta área, que é tão importante para a nossa cidade.

Ainda no que aos trabalhadores da Câmara Municipal do Porto diz respeito, não podemos deixar de expressar também a nossa preocupação com a continuidade de discriminação praticada, mais especificamente no horário estabelecido. É inadmissível que trabalhadores que trabalham para a mesma empresa mãe não tenham todos o mesmo horário de 35 horas semanais. É urgente que exista empenhamento por parte do Município em travar e acabar de uma vez por todas com esta discriminação e desigualdade entre trabalhadores da Câmara Municipal do Porto, independentemente de trabalhar diretamente para a Câmara ou para empresas do Município.

No que à segunda proposta diz respeito, em relação a todo o processo relacionado com os parómetros e à respetiva concessão, eu acho que não vale a pena estar aqui a voltar a dizer a posição da CDU, que já é mais do que conhecida, já foi reiterada, apresentada, defendida, portanto, vamos cingir-nos aqui à proposta que nos é hoje apresentada relativa ao procedimento concursal para postos de trabalho no mapa de pessoal da Câmara Municipal do Porto, para funções de controladores de estacionamento de duração limitada. Em relação a este processo, acho que é importante relembramos e passarmos aqui



um pouco que, na altura da concessão dos parcometros à Empresa EPorto, houve trabalhadores que trabalhavam diretamente para a Câmara e que na altura foram, não sabemos nós se dispensados para a EPorto. Gostaríamos agora de colocar essa questão, onde é que estão os trabalhadores que nessa altura deixaram de exercer estas funções?

Também relativamente a isso, como vai haver este procedimento concursal e caso esses trabalhadores não tenham sido inseridos noutros locais na Câmara, não sei se não seria benéfico aproveitar os conhecimentos adquiridos por esses trabalhadores. É uma questão que eu coloco aqui.

Para completar, nós preferíamos, obviamente, não estar a discutir nenhuma destas opções, porque a nossa posição é mais do que conhecida, mas sem dúvida nenhuma que a acontecer esta fiscalização, que a acontecer este trabalho, que seja efetuado por trabalhadores do Município e não por empresas concessionadas”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira referiu que: “Para responder exatamente ao que me perguntou, sim, todos os trabalhadores foram ouvidos individualmente, como creio que sabe. Os que não quiseram foram reintegrados em funções compatíveis, os trabalhadores que passaram para as empresas trabalham de facto 40 horas e ganham mais por isso, portanto, foi uma opção que fizeram. Percebemos que essa é uma divergência relativamente à CDU, mas essa é a questão, aqueles que quiseram passar, foram para a empresa, trabalham mais e ganham mais. Esta é a resposta concreta àquilo que nos coloca.

Quanto à questão da fiscalização, sim, os que fiscalizavam anteriormente, antes de ter sido feita a concessão, continuam a desempenhar funções de fiscalização na Câmara, como sabem, a própria Polícia Municipal tem fiscais e, portanto, creio que esteja respondido.

Quanto ao que me colocou relativamente a estes concursos podem concorrer trabalhadores, alguns desses trabalhadores que pretendam estas funções podem concorrer, como aliás viu na abertura do concurso. O concurso está aberto, quer a funcionários públicos, quer não, dando prioridade a funcionários públicos, como é de lei”.



O Senhor Deputado Alberto Machado (PSD) informou que: “Relativamente à estrutura orgânica, o PSD vai abster-se. Naturalmente a definição da estrutura orgânica da Câmara Municipal é da responsabilidade da maioria que a governa e, portanto, nesse sentido será o nosso voto de abstenção.

Já relativamente ao mapa de pessoal, nós temos aqui algo que nos levará a votar contra e que tem a ver com aquilo que entendemos ser um aumento do quadro de pessoal bastante excessivo numa máquina que já é extremamente pesada. Entendemos também, adicionalmente a isto, que parte significativa destes funcionários se destinam a fiscalizar o estacionamento na zona ocidental da cidade, contra a qual o PSD está. Nesse sentido, como esperamos vencer o Município em 2021, esta zona deixará de ter estacionamento pago, portanto, estes funcionários não virão a ser necessários”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira afirmou que: “Quanto às suas expectativas futuras, eu regozijo-me sempre com as expectativas futuras e portanto aprecio o otimismo, também sou um otimista, mas isso o eleitorado dirá no futuro e espero de facto que o PSD, na próxima campanha autárquica, diga que não quer estacionamento pago na Foz. Julgo que o resultado na Foz, junto dos moradores, não vai ser grande coisa, mas isso veremos, porque parece-me que mais ou menos toda a gente quer estacionamento pago, mas, enfim.

Quanto às questões, eu chamo a atenção que nós não estamos aqui a admitir mais pessoal, estamos a cumprir o mapa de pessoal que foi aprovado em 2019. A verdade é que nós hoje temos novas funções, a Câmara Municipal do Porto tem novas funções, desde logo, a Polícia Municipal tem novas funções na fiscalização, no trânsito, que não tinha, porque a cidade, hoje, tem maior dimensão de uso do que tinha, portanto é normal que se façam uns ajustamentos. O que nós estamos aqui a fazer é apenas um ajustamento, não é mais do que isso, mas compreendo perfeitamente que o PSD não esteja de acordo, não tenho com isso grande problema e, como digo, registo o seu enorme otimismo”.

Deliberações:



Ponto 1

Aprovado, por maioria, 21 votos a favor (RM) e 25 abstenções (12 PS + 6 PSD + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN)

Ponto 2

Aprovado, por maioria, com 40 votos a favor (21 RM + 12 PS + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN) e 6 votos contra (PSD).

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Miguel Pereira Leite informou que os Pontos 3, 4, 5, 6 e 7 serão também discutidos em conjunto e votados separadamente.

3. Apreciação e deliberação sobre Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2020.

NUD/375816/2019/CMP

4. Apreciação e deliberação sobre Redução e lançamento da Derrama para o ano 2019.

NUD/375849/2019/CMP

5. Apreciação e deliberação sobre Fixação e majoração da taxa do IMI para o ano de 2019.

NUD/375913/2019/CMP

6. Apreciação e deliberação sobre Fixação da participação do Município do Porto em 5% no IRS dos sujeitos passivos, relativa aos rendimentos do ano de 2020.

NUD/375945/2019/CMP

7. Deliberação sobre a Proposta do Orçamento para 2020.



NUD/385402/2019/CMP

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira disse que: “O texto que eu vou ler foi-vos distribuído, mas entendo que, por consideração para com a Assembleia Municipal, devo proceder à sua leitura.

As contas públicas municipais são públicas, mas dependem muito da economia, da forma como a tratamos e estimulamos mas também de fatores conjunturais que uma Autarquia nem sempre pode influenciar, por responderem a fenómenos nacionais e mesmo internacionais, daí a prudência que deveremos ter sempre do lado da despesa, cremos que está demonstrado o bom senso da forma como temos equilibrado os nossos orçamentos, dando o benefício e reduzindo dívida, sem para isso vender os anéis.

O investimento que continuamos a fazer neste orçamento em áreas como a habitação social, o ambiente, a educação, a cultura, a reabilitação urbana, via pública, proteção civil e polícia, recursos humanos, atração de investimento, inovação e outras, pode ser apenas a continuidade de políticas anteriormente já assumidas por este ou até anteriores Executivos, mas não é por isso menos importante. Ao contrário, pese embora haja uma tendência para valorizar o que é novo, é importante que não se desvalorize aquele investimento que, por tão bem executado e tão bem continuado, já nem é notícia. Ele é contudo notado nas contas que aqui apresentamos e das quais modestamente nos orgulhamos por serem resultado de políticas municipais e nacionais, mas, sobretudo, por serem fruto do trabalho dos portuenses que sabiamente sempre souberam fazer as suas escolhas em liberdade.

Eu comecei a ler ao contrário este texto, peço desculpa, mas vou continuar.

A apresentação dos documentos referentes ao orçamento, ao Executivo, à Assembleia Municipal e à cidade, é sempre um dos momentos mais determinantes do mandato autárquico e um elogio à transparência das contas públicas municipais. Os números refletem políticas e as políticas condicionam os números que não dependem apenas de um exercício anual, nem apenas das políticas e nem apenas das políticas locais. Mas esses números que fazem parte do presente relatório, informam também da consequência de todas essas políti-



cas, que vêm sendo seguidas nos últimos anos, e do caminho que se pretende seguir ou prosseguir daqui para a frente.

Este é o sétimo orçamento apresentado pela governação independente na Câmara Municipal do Porto, tendo o primeiro sido muito condicionado pela sua aprovação muito pouco tempo após a tomada de posse em 2013. Desde esse ano, o seu valor global cresceu 50% em receita mas também em despesa, o que em boa parte se deve a um forte acréscimo do investimento.

Esta é, pois, a realidade dos números, uma realidade insofismável que nos indica um caminho de crescimento e sustentabilidade das contas públicas municipais, mas também os ganhos de qualidade de vida dos portuenses, como veremos adiante.

Independentemente das leituras e do sentido de voto de cada força política, este é também um momento de convocar a participação da oposição, no respeito pelos princípios democráticos que, no caso específico das questões orçamentais, vão explicitamente além do mero direito de recusar os documentos que lhes são apresentados. Por isso mesmo, temos vindo a melhorar o processo de participação e discussão do orçamento, previamente à sua submissão à Câmara e à Assembleia, o que, seguramente, todas as forças políticas reconhecerão hoje e que é feito de forma diferente do que era no passado. Os documentos que aqui se apresentam são já o resultado desse processo de audição e reflexão democrática que, acreditamos, não pode deixar de ser apelada de exemplar.

Mas qualquer orçamento o que reflete são previsões que resultam de intenções políticas, quer do lado da receita, quer do lado da despesa. Os bons orçamentos são aqueles cujas contas estão certas, ou seja, que são realistas e expectáveis e se apresentaram com especial prudência do lado da receita e com uma declarada ambição responsável, do lado da despesa. Com estes princípios, o Município do Porto tem podido nos últimos anos, seis anos, reduzir de forma determinante a sua dívida bancária, que inicia 2020 com zero euros. Zero euros de dívida representam um serviço de dívida nulo. Zero euros de juros pagos à banca e 100% de liberdade na aplicação da parte disponível do orçamento para investimento.



A grande questão é, como se chegou aqui? Chegou-se aqui a partir de uma elevada carga fiscal sobre os moradores, chegou-se vendendo património municipal acima dos níveis de redução de endividamento, como aconteceu de forma insustentável nos 12 anos anteriores, ou chegou-se com ganhos de eficiência interna e aproveitando o extraordinário momento económico da cidade para o qual, entre outros fatores, contribuem também as políticas municipais? A questão é das mais legítimas do ponto de vista político, mas é também uma questão importante do ponto de vista das contas certas, que comecei por referir.

Com efeito o Porto vive por estes anos uma espécie de paradoxo positivo para os seus moradores, que pagam cada vez menores taxas de impostos, pagam cada vez menos pelos serviços essenciais, têm cada vez mais e melhor acesso a bens culturais e serviços de elevada qualidade, mas a cidade consegue proporcionar-lhes isso, enquanto melhora as suas contas, reduzindo o endividamento até zero e criando cada vez mais atração sobre si própria, gerando mais receitas para o seu orçamento e para a economia local.

Claro que, para que esta equação seja possível, as empresas têm que encontrar aqui no Porto um bom ambiente para investir e para serem lucrativas, sejam essas empresas da área imobiliária, sejam de outros setores da economia, como os ligados ao turismo ou ao comércio, e aqui incluímos, em particular, os pequenos negócios familiares, que vão proliferando por uma cidade que foi sempre um berço de empreendedorismo. Mas também os que não vivem no Porto, mas usam a cidade têm que deixar um maior contributo, o justo contributo, pagando efetivamente pelo estacionamento, pagando efetivamente pelo uso turístico que fazem da cidade, deixando mais-valias na economia, criando emprego e gerando mais receita. Esta é assumidamente a política económica da cidade, uma política que se constrói em função do benefício dos que cá vivem ou dos que cá decidam passar a viver.

Desçamos agora mais fundo nos números. Desde 2013, ano da tomada de posse do Executivo liderado pela solução política independente que se apresentou à cidade, reduzimos o IMI de forma muito substancial. A taxa aplicada era, aquando da nossa chegada, de 0,45%, ou seja, muito próximo do máximo de 0,5%, que era então permitido. Hoje é menos como sabem, a taxa é de



apenas 0,324%, muito próximo do mínimo permitido de 0,3%. Mas mesmo essa taxa ligeiramente acima da mínima, só é paga por empresas, pela hotelaria e por quem tem, por exemplo, uma segunda residência ou prédios parqueados ou alugados na cidade, porque para os residentes que detêm casa própria, ela está ainda abaixo disso, graças à aplicação de um Regulamento de redução de taxas, de que fomos pioneiros no país. Para que fique claro, os portuenses pagam menos IMI do que qualquer outro município em qualquer concelho vizinho e esse é um contributo extraordinário que o Município do Porto lhes dá como incentivo para que habitem nesta cidade.

A esse junta-se o preço da água, que é também um dos mais baixos dos grandes Municípios, tendo registado em seis anos uma evolução que beneficia os municípios, já que os seus aumentos foram sempre residuais e houve mesmo anos em que houve redução de preço. Para 2020 os preços manter-se-ão estáveis, o que representa uma redução continuada, se comparados com a taxa de inflação e mais ainda com o preço da matéria-prima que, como sabem, compramos e que, no mesmo período, subiu substancialmente. Para este ano no primeiro escalão, haverá de novo uma redução do preço da água, ainda que residual.

Também o estacionamento é hoje, para os moradores do Porto, algo que pesa bem menos nos seus orçamentos. Se há seis anos assistíamos a um sistema que os obrigava a pagar nos parcometros, onde a fiscalização era insípida e provocava a invasão do espaço público por dezenas de milhares de carros vindos de outros municípios e que aqui parqueavam todo o dia, todos os dias do ano, roubando lugares aos que cá viviam, se há seis anos o morador pagava 400 euros pelo direito a estacionar nos lugares existentes na cidade, hoje a situação é diferente. O estacionamento está ordenado, quem vem de fora da cidade vê-se obrigado a deixar os lugares para a rotação, que tanto beneficia o comércio e a economia local, e os que cá moram, por 25 euros anuais, ou seja, por pouco mais de 2 euros por mês ou menos de 7 cêntimos por dia, podem estacionar próximo das suas residências sem recorrer aos parcometros e em lugares que hoje encontram mais disponíveis.

Os moradores do Porto, que são os portuenses, tenham eles uma longa história familiar na cidade ou tenham vindo nesta geração habitá-la, e todos esses



são portuenses, têm hoje outras vantagens em viver no Porto. Desde logo, vivem numa cidade vibrante, com gente, com comércio, com festa de entretenimento, de desporto e muita cultura. O cenário da cidade cinzenta, abandonada, em ruína ou pré-ruína foi substituído por uma cidade que oferece mundo aos seus munícipes. Hoje todos têm acesso à cultura no Porto, por um preço muito acessível ou mesmo sem qualquer custo, todos podem ir ao Rivoli, ao Teatro do Campo Alegre, à Galeria Municipal, viajar pelo mundo das artes plásticas, do cinema, do teatro, da dança e da música, ou podem assistir nos seus bairros, nos seus locais, antes esquecidos, à Cultura em Expansão, que lhes leva tudo isso e os convida também a participarem. Tudo isso aconteceu num tempo em que o investimento foi recorde e crescente.

Nunca se investiu tanto na reabilitação da habitação social onde o Porto já dobra os números, que constituem, para o Governo de Portugal, um objetivo que aprovamos, mas que, infelizmente, ainda está distante. A cidade está a ficar reabilitada no seu casco histórico, provocando sobre si o interesse imobiliário, pois claro, mas também dos que cá querem investir e já investem em empresas tecnológicas que trabalham para todo o mundo, mas também para os que cá vêm viver. Numa cidade abandonada, cinzenta, ninguém quer viver, ninguém se queixa dos preços da habitação que não quer habitar, por muito baixo que esses preços cheguem a ser, por não haver procura. Numa cidade que renasce, numa cidade onde todos agora querem viver, há, claro está, pressão, pressão sobre os preços que assim sobem. Como queriam que fosse? Pergunto aos que se incomodam com o sucesso que vivemos, como queriam que acontecesse? Que durante décadas ou mesmo gerações, se viram a contas com um património que precisavam de manter de pé, muitas vezes sem terem os recursos para isso, os tivessem agora que recuperar, não participando, contudo, nos lucros que a economia lhes proporciona. Ou pretendiam que a Câmara, o Estado interviesse e nacionalizasse aquilo que, durante décadas, deixou às custas de privados, muitos deles com grandes dificuldades e tudo nacionalizado com dinheiro que o país não tem, entregasse a todos a renda social? Sabemos que, onde tal foi feito, esse modelo levou à degradação completa da sociedade e das condições de vida dos cidadãos.



Estamos, pois, muito satisfeitos com os números que se expressam nestes documentos, eles mostram que com os estímulos corretos à economia, ao trabalho e à livre iniciativa, criando um *mix* de oferta de emprego especializado com emprego indiferenciado, como acontece numa cidade que se abre às empresas tecnológicas e também ao turismo, é possível fazer crescer a receita desonerando os munícipes e, simultaneamente, dar-lhes melhores condições de vida, na cultura, no desporto, nos transportes, na educação, no ambiente, na segurança e na gestão do espaço público.

Um orçamento é acerca de números que espelham políticas e o resultado dessas políticas e sobre isso há um número que concretiza tudo isso, o número de habitantes na cidade. Independentemente do fortíssimo investimento que temos feito na habitação social, subsidiando fortemente o preço das casas a quem não pode mesmo pagar, são dezenas de milhares no Porto, estamos a tratar também de preencher um efeito secundário crescente que a crescente procura pela habitação nas cidades portuguesas provocou. Trata-se de um programa de habitação a renda acessível, que tem um espelho de investimento já neste orçamento e será lançado em distintos caminhos de investimento. Prevemos projetos inteiramente suportados e financiados pelo Município, mas também opções para construção e arrendamento acessível por parte de privados, nas condições impostas pelo Município e em terrenos que lhe pertencem. Esses instrumentos possibilitarão, a prazo, a disponibilização de um *stock* de habitação considerável. Contudo, não nos iludamos, o mercado de habitação para arrendamento apenas terá dinâmica se aos proprietários for garantido, de forma duradoura, que o seu património não é captado pelo arrendatário e que tem instrumentos para retirar efetivo lucro da habitação que coloca no mercado. E os sinais produzidos nos últimos anos não foram positivos, e tanto que não foram, que o mercado do arrendamento quase não existe no nosso país e o que existe está onerado por legislação desadequada. De uma vez por todas o país vai ter que decidir se quer, ou não, ter mercado de arrendamento. Se quer, não pode transmitir aos proprietários sinais contraditórios e ao arrendatário a ideia de que tem o direito de habitar a casa de outrem sem lhe dar a justa contrapartida financeira. Mais uma vez esta não pode ser uma questão ideológica nem demagógica, pois desde 1975 que o país optou por seguir o caminho



de economia aberta. O mercado que deve ser regulado, mas que não pode ser condicionado como foi, com resultados desastrosos no tempo do Estado Novo. Podia ainda assim dizer-se que o Município está, pese embora uma política de promoção do território e fruto de todos os efeitos secundários que o sucesso também traz, a perder população, ou seja, estará o Porto a ser alvo de um processo de gentrificação que o está a desertificar? Estaremos com estas políticas a expulsar habitantes, como os populismos da extrema-esquerda e da extrema-direita, gostam de afirmar? Sobre isso há uma má notícia e uma boa notícia para dar. A má notícia é que o processo de gentrificação existe de facto, mas não nasceu há seis anos, nem nasceu com o turismo, com a Ryanair ou com a perigosa chegada de independentes à governação da cidade, esse processo começou nos anos 70 e não expulsou um número residual ou uma classe social do Centro da cidade, expulsou todos. Os pobres, que foram ‘silados’ em torres de habitação social, mal desenhadas; os remediados, que foram procurar habitação na Maia, em Gondomar, em Gaia ou em Matosinhos, porque ali encontravam melhor preço e, sobretudo, melhor qualidade de vida, e porque os empregos também já começavam a escassear no nosso Porto; e os ricos porque não queriam habitar uma Baixa perigosa, suja, abandonada e deserta. Este, sim, foi o processo de gentrificação que o Porto conheceu nos anos 70, 80 e 90 do século passado, mas também ainda nos primeiros anos da primeira década do século presente. Foi graças a esse processo que, em 40 anos, o Porto perdeu quase um terço da sua população e encostou outro terço à sua própria periferia, criando guetos e provocando um enorme buraco no seu Centro. Cem mil portuenses desapareceram ou partiram e não foram substituídos e, durante décadas, as forças políticas que agora enchem a boca com a gentrificação, clamaram pelo seu regresso.

A má notícia é essa. Lutamos no Porto, como noutras cidades, contra a história de décadas de políticas locais e nacionais desastrosas, com ou sem a conivência de todos os que agora têm representação nas nossas Assembleias, mas, pelo menos, com o seu conhecimento e sempre com a sua queixa.

A boa notícia é que esse tempo acabou. Os tempos prolongados, dolorosos, penosos e muito penalizantes para a cidade, em que esta perdia habitantes sem saber o que fazer, acabaram. Hoje o Porto consegue apresentar um nú-



mero que desmonta por completo o discurso da desgraça anunciada, provoca-
da pelo crescimento da economia, da reabilitação, do turismo, pelo segundo
ano consecutivo, segundo o mesmo INE – Instituto Nacional de Estatística, que
tanto foi citado anteriormente por anunciar o apocalipse, o Porto ganhou habi-
tantes. Quase 50 anos depois, e por dois anos consecutivos, o Porto volta a
ganhar habitantes.

Os orçamentos são números, previsões, dotações, representam políticas que
continuam estratégias ou corrigem os seus resultados. É o que procuramos
fazer com o presente orçamento, mas o número mais importante de todos é o
dito crescimento humano da cidade, em todas as suas dimensões – social, cul-
tural, económica, e agora também demográfica.

Permitam-me ter em todos estes aspetos a opinião bem sustentada nos núme-
ros de que a cidade está a ganhar das diversas batalhas que decidiu enfrentar
até na área da demografia, mesmo que isso destrua por completo um discurso
político-demagógico, que, convenhamos, parece hoje gasto.

Naturalmente que a cidade está hoje confrontada com novas pressões, há mais
pessoas a trabalhar na cidade, há mais atividade económica, há mais constru-
ção, há novas logísticas, há mais turistas, há mais habitantes. A procura pelo
espaço aumentou, não teria aumentado e até teria diminuído se continuásse-
mos a perder população e as atividades económicas se estivessem a definhar.
Este aumento tem impactos indisfarçáveis e inevitáveis em todos os recursos
da cidade e, em particular, na mobilidade, tanto mais que nessa matéria, como
é consabido, há mais de uma década que não ocorrem investimentos significa-
tivos por parte do Estado. Foi por essa razão que, concomitantemente com o
investimento agora anunciado para o Metro do Porto, ainda assim insuficiente,
e o empenho do Município e da Área Metropolitana para resolver o problema
da VCI, bem como da decisão de construir uma nova ponte com o Município de
Vila Nova de Gaia como parceiro, e de investir em modos suaves, se entendeu,
em articulação com o Estado e com os municípios vizinhos, ser necessário as-
sumir de imediato a municipalização da STCP. Essa é a única forma de reduzir
a dependência do transporte individual, é garantido que, nos próximos anos, a
oferta de transporte público confortável e sustentável substitui a excessiva de-
pendência do veículo automóvel, cuja proliferação não encontra resposta na



rede viária existente e reclama uma proporção inaceitável do espaço público, já de si exíguo, que os cidadãos desejam para outros usos comuns e que tem uma pegada ambiental inaceitável. A municipalização da STCP, que é um velho anseio dos portuenses, tem, como puderam ver, um impacto significativo no orçamento, mas tem um elevado potencial com impacto transversal em todas as políticas municipais.

A devolução do espaço público à sua mais nobre função, quer através da sua humanização em zonas da cidade ainda degradadas, quer através do investimento em novos parques e jardins, é uma condição indispensável para o equilíbrio territorial que se pretende alcançar, reduzindo as assimetrias sociais e territoriais e reforçando o sentimento de pertença dos cidadãos.

Este é, pois, o orçamento municipal para 2020, um documento que indica muito claramente qual a política municipal voltada para Campanhã e para a recuperação do seu atraso histórico, para habitação pública e apoiada para benefício aos residentes através da aposta na sustentabilidade, no ambiente, na educação e sempre, sempre, com contas à moda do Porto.

Dirá a oposição, legitimamente, que podíamos baixar os impostos ainda mais do que baixamos, que podíamos fazer um esforço ainda maior no preço da água, mas isso não seria tratar bem o futuro dos portuenses, nem respeitar o compromisso eleitoral que, por duas vezes, assumi.

Finalmente, deixo uma palavra aos trabalhadores municipais e às organizações das Empresas Municipais que também se espelham neste documento. O orçamento é também um reflexo na aposta que continuamos a fazer no indispensável capital humano, recusando a ideia de que a despesa com recursos nesta área, seja um custo. Não, é um investimento, e é um investimento reprodutivo numa cidade que está a crescer e que precisa de oferecer mais e melhores serviços públicos aos seus munícipes”.

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) interveio, dizendo: “A proposta do orçamento do Município do Porto para 2020 tem, como não podia deixar de ser, aspetos positivos e negativos. É fundamentalmente um orçamento que corporiza um projeto de cidade, que não é o que a CDU apresentou aos eleitores, e que enferma de uma visão neoliberal do funcionamento das cidades e dos ór-



gãos autárquicos, mas que, verdade seja dita, é um orçamento que incorpora propostas concretas apresentadas pela CDU e outras que resultam da sua persistente insistência na denúncia de vários problemas graves que se vivem na cidade, bem como na apresentação de propostas concretas com vista à sua resolução.

A Câmara vive hoje a melhor situação financeira de sempre, resultado de um crescimento turístico sem precedentes e da dinamização do mercado imobiliário que o mesmo provocou. Estes dois fatores conjugados levam à previsão de uma receita de cerca de 12 milhões de euros em taxa turística, a um crescimento do IMT que passa de 46 para 56 milhões de euros e das receitas com loteamentos e obras de ocupação da via pública, que passam de 7 para 12 milhões de euros, a que se somaram, em anos anteriores, receitas importantes, como as da concessão dos parómetros e do chamado Acordo do Porto, medidas que, sendo benéficas para o Município em termos financeiros, não correspondem, no entendimento da CDU, a benefícios para os cidadãos nem a bons negócios para a cidade. Estes aspetos positivos, em termos de saúde financeira municipal, não nos podem fazer esquecer a completa cumplicidade com que esta Câmara encarou o *boom* turístico, pouco se importando com a descaracterização da cidade, o afastamento, muitas vezes violento, de moradores fragilizados nas suas habitações, o aumento do custo da habitação, inoportáveis para a maioria das pessoas.

Coloca-se então a questão de saber se este crescimento das receitas está a ser utilizado da melhor forma. Para a CDU, fiel ao projeto de cidade que apresentou aos portuenses, seria possível fazer mais e melhor. De facto, há opções no orçamento com as quais não concordamos, como são os casos da nova ponte sobre o Rio Douro, para o qual não vimos ainda nenhum estudo de mobilidade que justifique a sua localização, e que, apesar de já estar batizada, viu passar a previsão do seu custo, só do lado do Porto, de 6 para 13 milhões de euros; do mesmo modo mantém-se a aposta no Fundo Imobiliário do Aleixo, uma opção que consideramos completamente errada; ou que, hoje, cerca de dois terços do investimento municipal esteja centralizado em Empresas Municipais que, repetimos, escapa ao efetivo escrutínio da Assembleia Municipal e são administradas por não eleitos municipais, muitas vezes com estes nos



Conselhos de Administração, em posição de subalternidade, o que também dificulta o seu escrutínio por parte dos eleitores; ou que se continue a ter horários laborais com durações distintas no universo municipal, com os trabalhadores da Águas do Porto, tal como os da Câmara, a trabalharem 35 horas por semana e outros a trabalharem 40 horas por semana; ou que, não se aproveitando as competências internas, se recorra, cada vez mais, à contratação de estudos e de serviços; ou que não se implemente o programa de emergência social, aprovado, por unanimidade, pelo Executivo, sob proposta da CDU, para tentar minimizar os impactos do flagelo da droga.

Preocupa-nos igualmente os sistemáticos atrasos que se verificam nos investimentos inscritos nos orçamentos municipais, que fazem com que diversas empreitadas se arrastem de orçamento para orçamento, com taxas de execução muito inferiores ao previsto, o que também contribui para a existência de enormes e indesejáveis saldos de gerência. Damos apenas um exemplo entre muitos, o programa Rua Direita, apresentado em junho de 2018, que tinha no seu cronograma como ano de forte desinvestimento 2020 e tinha fim previsto para o primeiro semestre de 2021. No entanto, no orçamento constatamos que em 2020 terá um investimento de 1,9 milhões de euros, transitando para 2021 e 2022 o fundamental do mesmo, cerca de 20 milhões, o que significa uma derrapagem, para já, superior a um ano, sendo que normalmente estas derrapagens temporais são acompanhadas de derrapagem dos custos.

Por outro lado, e tal como tivemos oportunidade de referir, preocupa-nos a falta de dinâmica que os responsáveis políticos têm demonstrado na condução de diversos *dossiers*, de que a paralisação de vários projetos de requalificação da zona oriental do Porto são exemplo, tal como a degradação do espaço público, que pode ser intervencionado com o recurso a meios municipais, e a escassez de equipamentos sociais, como o caso de parques infantis e a falta de programas para a ocupação dos tempos livres das crianças em períodos escolares e de férias.

Mas, como referimos no início desta intervenção, o orçamento também tem aspetos positivos, sendo que muitos deles decorrem de propostas concretas apresentadas pela CDU ou da sistemática denúncia que temos feito sobre diversos problemas da cidade e da falta de intervenção autárquica. É que 'água



mole em pedra dura...’, levando uma maioria a sentir-se obrigada a dar-lhes resposta, embora na maior parte dos casos tardia.

Consideramos assim positivo, o investimento efetuado na requalificação da habitação municipal e a subida de 400 mil para 800 mil euros das verbas orçamentadas para apoiar o movimento associativo da cidade, também nos parece positivo após um ano experimental que ultrapassou as expectativas e que mostrou que, afinal, o associativismo continua vivo no Porto. Em boa hora fizemos esta proposta. De igual modo, a proposta que fizemos em 2018 de redução em 10% da taxa de IMI, para os proprietários de fogos que vivem nos mesmos como primeira habitação, se mantém, numa iniciativa pioneira de que nos orgulhamos, ao mesmo tempo que se mantém o processo de isenção de IMI para as habitações construídas pelas Associações de Moradores como forma de incentivar a respetiva reabilitação.

Bem sabemos, Senhor Presidente da Câmara, que fica aborrecido quando referimos o papel da CDU em muitos aspetos da atividade municipal que consideramos positivos, mas tal é um facto e, por isso, nos orgulhamos de ter abandonado o seu modelo de parceria público-privada para a requalificação do Boilhão, substituindo-o por uma intervenção pública e mantendo o carácter público do mercado; por ter recuado no processo de concessão da limpeza e reconhecido que fica mais barato na esfera pública, como sempre afirmámos e demonstramos; ou que hoje pondera resgatar o Fundo do Aleixo, algo que propusemos e que não aceitou, tal como o PS, aquando da auditoria que confirmou o incumprimento por parte do parceiro privado; ou que, finalmente, assistimos à transição da posse de uma dúzia de habitações nos Bairros Sidónio Pais e Colónia Viterbo Campos para a DomusSocial, para que finalmente sejam requalificadas e habitadas, algo que também reivindicamos há anos, quando muitas não estavam no estado de degradação em que hoje se encontram.

Ponderadas estas razões, decidimos abster-nos na votação deste documento, mas cá estaremos para fiscalizar a sua concretização, designadamente naquilo que consideramos os seus aspetos mais positivos, para combater, juntamente com as pessoas, aqueles que consideramos ser os seus aspetos mais negativos e para lutarmos para que aquilo que não consta do orçamento, mas que



pode ser resolvido com intervenção municipal, possa efetivamente ser resolvido, em prol das pessoas e da cidade”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira referiu que: “Compreenderá a Assembleia Municipal que eu não poderei responder a todas as questões que foram suscitadas, até porque não foram colocadas questões, foi feita uma intervenção política, que aprecio.

Ainda assim, gostaria de lhe garantir que não fico nada aborrecido, pelo contrário, a CDU tem feito muito boas sugestões, muitas sugestões que nós reconhecemos, algumas que acolhemos outras que consideramos que não podemos acolher. Às vezes acho é que são os Senhores que não reconhecem que nós, independentemente das vossas sugestões, também fazemos coisas boas, mas isso é política, e daqui não vem mal ao mundo. Agora, nunca pense que nós nos aborrecemos, porque de facto, não nos aborrecemos. Temos valorizado muito alguns dos contributos e também temos mudado de opinião sobre algumas questões. Também é verdade que a situação em que a Câmara se encontra hoje nos permite tomar opções que, se calhar, a CDU defendia há seis anos e que nós até gostaríamos, mas que na altura não poderíamos, ou seja, a reinternalização de um conjunto de competências no Município, que eu sempre disse à CDU que era o meu entendimento também.

Há muitas matérias, gostando eu da economia privada, porque eu considero que a economia privada tem um ‘sal’ que é a concorrência, e que quando não há concorrência não há grande benefício relativamente ao interesse público da economia privada, e creio que temos demonstrado isso, que temos feito esse caminho. Sem opções, e não há nenhuma opção ideológica, é mesmo a minha convicção que a economia privada em modelo de concessão sem concorrência não funciona muito bem.

Relativamente à recolha dos lixos, sabe bem que nós encontramos a solução que encontramos e limitamo-nos a cumprir os contratos que tínhamos, porque há aqui uma coisa muito importante, é o cumprimento escrupuloso dos contratos que nós temos. A Câmara, quando diz que tem de ser de boas contas, tem que ser de palavra, para o mercado, para o eleitor e para todos aqueles que estão connosco. As pessoas têm que olhar para a Câmara e dizer que a Câma-



ra é um parceiro credível, porque é isso que nos permite depois sermos tomados a sério, e é uma questão também de ética e de princípio. Portanto, há contratos que nós herdámos e cumpridos, vamos cumprir e cumpriremos, esgotados os contratos, aí sim, estamos em condições de fazer opções.

Sobre a ponte, eu trago aqui um desenho, porque, de facto, tem havido várias confusões sobre a ponte. Isto é a ponte, não sei se conseguem ver. A ponte originalmente era para ser daqui aqui, mas atendendo à questão do leito de cheia, que está aqui marcado a azul, resolveu a APA – Agência Portuguesa do Ambiente determinar que nós teríamos que aumentar a cota da ponte, acima deste leito de cheia, que é um assunto que nós não podemos discutir, pode fazer-me confusão, porque é que numa zona tão larga do rio, o leito de cheia aqui é acima da cota do tabuleiro inferior da Ponte Luís I. Nós partimos do princípio que no estudo do Adão da Fonseca, que conhece, conhecem todos, se previa que a base da ponte devia coincidir com aquilo que é o tabuleiro inferior da Ponte Luís I. Bom, mas não temos como evitar este assunto e então o que é que acontece? Porque é que nós não podemos elevar aqui a cota? Porque, acima desta cota há uma zona classificada, a Quinta da China é classificada, e para encaixarmos a ponte teríamos que demolir alguma coisa que está classificada, o que não é possível. Foi preciso, por isso, passar a ponte mais para jusante ou, se quiserem, mais para ocidente, mais para o lado da Ponte Luís I. Não é muito, é mais ou menos ali onde está a bomba de gasolina. Estão a ver as bombas de gasolina? É mais ou menos para ali. Isto vai obrigar-nos, naturalmente, a fazer um encaixe diferente, nós vamos ter que elevar a via, no Porto nós vamos ter que ter 3 milhões de euros para estes acessos, que não estavam naturalmente previstos, porque a ponte ia bater aqui em baixo na Avenida Gustavo Eiffel. Essa é a única divergência.

Relativamente à ponte, nós sempre o dissemos, está neste momento estimado que a ponte, já com os estudos técnicos, etc., custará 12 milhões de euros. E porque está ela inserida na Câmara Municipal do Porto? Porque foi decidido com Gaia que, tendo nós a GoPorto, vamos ser os donos da obra e depois fazemos contas com Gaia.

Gaia vai ter uma situação diferente, porque vai ter que fazer um conjunto de acessos, são cerca de 9 milhões de euros para acessos, porque para resolver



o problema da mobilidade, Gaia pretende que a ponte vá até à VL9. Isto vai representar uma substituição muito interessante daquilo que é hoje o corredor inferior da Ponte Luís I e vai também retirar o tráfego local do Freixo, que faz este 'U'.

Portanto, são estes os números. Para termos a certeza, é assim, o que está previsto é que o Porto vai gastar 6 milhões de euros na ponte, mais 3 milhões de euros nos acessos do seu lado, e Gaia vai gastar 6 milhões de euros na ponte e 11,5 milhões de euros nos seus acessos, ficando assim garantida a ligação à VL9.

Eu acho que este elemento é importante, tenho lido algumas coisas e percebo que às vezes não seja fácil passar esta mensagem. Se os Senhores Deputados pretenderem estes documentos, nós temos isto estabilizado e definido.

Qual é o estado atual da arte? Nós, neste momento, temos a Universidade do Porto a fazer um estudo, encomendado pelos Municípios do Porto e de Gaia, exatamente para que depois, quando lançarmos o caderno de encargos com todas as especialidades, ele tenha todas as exigências necessárias para uma ponte, ou seja, nós não pretendíamos lançar apenas um projeto de arquitetura, porque depois temos que arranjar a solução da engenharia, como, em anos passados, o Senhor Deputado lembrar-se-á bem, foi feito na Casa da Música. Parece-nos melhor fazer ao contrário, ou seja, ter as condições fundamentais, as exigências técnicas e de engenharia que depois vão condicionar o concurso que iremos lançar.

Julgo que para já ficaria por aqui”.

O Senhor Deputado Pedro Lourenço (BE) disse que: “Eu queria fazer um ponto prévio. Na verdade, nós estamos a discutir o orçamento, mas estamos também, nesta altura, a discutir a questão dos impostos e das taxas municipais e o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda gostaria de dizer que lamenta que a discussão destes pontos seja feita em conjunto, porque as competências da Assembleia Municipal nesta matéria são bastante distintas. Julgamos que a discussão das taxas e dos impostos municipais merecia a dignidade de um ponto próprio e fica secundarizada face à discussão do orçamento.



Relativamente a estes pontos, o BE votará favoravelmente todas as propostas relativas a impostos e taxas municipais. Nós discordamos da proposta de algumas forças da oposição, que defendiam a redução do IRS, nomeadamente o PSD. Discordamos desta visão de que o Município do Porto deve abdicar de uma parte da sua receita, precisamente para beneficiar quem mais paga IRS, ou seja, quem menos precisa dessa redução. Este é um mecanismo redistributivo de que o Porto não deve abdicar.

Votaremos favoravelmente, quer a proposta de Derrama, quer a proposta de IMI, porque, desde a última Assembleia de orçamento que tivemos, no ano passado, há uma novidade, que é precisamente a entrada em vigor do regimento das isenções municipais que, na nossa opinião, é um mecanismo que, de uma maneira bastante mais eficaz, nos permite promover os objetivos de promoção de direito à habitação que nós pretendemos. Portanto, nós reservaremos as propostas do BE para essa altura.

Queria contudo dizer, e era uma das propostas que o Bloco de Esquerda trazia, que é fundamental concretizar algumas medidas que já estão previstas na lei, mas que carecem de operacionalização por parte do Município, nomeadamente o agravamento do IMI em zonas de pressão urbanística. Como sabemos, o próprio Senhor Presidente da Câmara teve oportunidade de defender esta medida no debate que aqui teve com a Secretária de Estado da Habitação, medida esta que entrou em vigor em maio deste ano, julgo eu, e aquilo que fica a faltar para que a Câmara do Porto possa aplicar este agravamento em zonas de especial pressão urbanística é precisamente estabelecer os indicadores que permitam a sua aplicação. Portanto, nós exortamos o Executivo, até antes da próxima Assembleia, a deliberar nesse sentido.

Relativamente ao orçamento, nós temos de perceber qual é o ponto de partida para esta discussão. Nós temos, de facto, o maior orçamento de sempre, 315 milhões de euros, valor este que, eventualmente, será superior quando houver uma revisão orçamental, quer por causa do IMT, quer por causa dos excedentes orçamentais que habitualmente a Câmara Municipal do Porto pratica e, por isso, o contexto em que discutimos a política para a cidade é este, das maiores receitas de sempre do ponto de vista dos impostos relacionados. E a Câmara do Porto refere isso no seu documento, com a atividade do imobiliário, com os



impostos municipais, etc. Portanto, sobre esta matéria o voto do Bloco de Esquerda não será uma surpresa.

Tem ficado evidente nesta Assembleia, para quem acompanha as suas discussões, o quanto o BE diverge da visão que o Executivo tem para a cidade e das prioridades políticas que vem defendendo, aliás, grande parte das propostas que o Bloco de Esquerda traz a esta Assembleia são precisamente reprovadas pelo Movimento de Rui Moreira.

Agora, nós não podemos também deixar de referir que nós recusamos uma crítica a este orçamento baseada numa visão, esta sim, arqueológica do que é uma gestão de uma cidade, porque nós não aceitamos que se defenda hoje que se deve regressar aos 12 anos que desgraçaram a vida desta cidade. Doze anos em que a redução de impostos era dirigida a quem mais tinha, 12 anos em que se defendia uma mobilidade sobretudo centrada no automóvel, 12 anos em que despedir funcionários e perseguir funcionários com processo disciplinar, era uma prática aceitável, 12 anos em que se demolia habitação social, em que se entregavam equipamentos públicos aos privados, em que se alienava 100 milhões de euros de património, com a cumplicidade de uma maioria, que hoje, em grande medida, reconhece que isso foi uma decisão desastrosa. E não estamos a falar só da demolição e da alienação de bairros municipais, nós conseguimos perceber que os Executivos do Dr. Rui Rio chegaram a vender casas na Ribeira por 50 e 60 mil euros, que hoje valem muito mais e seriam úteis para uma política de habitação.

Portanto, eu faço esta ressalva porque nós votamos aqui contra este orçamento, mas votamos com argumentos distintos, porque nós concordamos, e este orçamento tem esses aspetos, que é preciso reforçar o investimento nos serviços municipais, reforçar os recursos humanos para esta Câmara dar às pessoas os serviços de que elas precisam, um forte investimento na cultura, aliás, eu duvido que no tempo do Dr. Rui Rio pudesse existir um Fórum do Futuro, como hoje está a acontecer nesta cidade, no Rivoli, com os temas que está a discutir, uma cidade que devolve alguns dos equipamentos que foram subtraídos mas, sobretudo uma cidade que olha para si com o respeito com que não olhou durante 12 anos.



Contudo, nem tudo são rosas, pelo contrário. Perante um volume de receitas como nunca existiu nesta cidade, este orçamento é talvez o orçamento de maior responsabilidade dos Executivos que temos tido e, nesse aspeto, parece-nos que o orçamento fica aquém das medidas que eram necessárias para responder aos principais problemas das pessoas, e passo a dizer: a habitação, a emergência da habitação, as questões da mobilidade e das alterações climáticas, as questões dos direitos sociais, e tanto mais grave é porque nós estamos aqui a discutir o orçamento do 7.º ano do mandato do atual Presidente da Câmara e aquilo que o Bloco de Esquerda procurou, neste 7.º ano do mandato, foi adotar uma postura construtiva, para a elaboração não só daquilo que foi a revisão orçamental de junho passado, mas também deste orçamento.

Nesse sentido, o BE propôs algumas medidas que nos permitiriam olhar para o futuro da cidade e para este orçamento com outros olhos, nomeadamente o agravamento do IMI, de que vos falei; transformar ou rever aquilo que é uma PPP no projeto de habitação do Monte da Bela e transformá-lo num projeto exclusivamente público; a criação de um Gabinete de Emergência Social que apoie os inquilinos da cidade do Porto e que preste aconselhamento em muitas situações em que estas pessoas estão desprotegidas.

Nós entendíamos, por exemplo, que, nas questões do urbanismo, era necessário que a Câmara criasse um observatório do uso e ocupação dos solos, que monitorizasse os efeitos do crescimento do turismo e as transações imobiliárias que acontecem na cidade, aliás, nós defendemos uma estratégia para o turismo que assenta, num primeiro momento, na aplicação de uma moratória em relação às unidades hoteleiras da cidade do Porto e nós não vemos isso neste orçamento. Nós olhamos para este orçamento e na área do ambiente continuamos sem ver uma perspetiva de concretização de muitos dos espaços verdes, que estão previstos no PDM desde 2006. Nós propusemos nas eleições autárquicas que o Porto se aproximasse da média europeia neste sentido, mas não conseguimos perspetivar a conclusão de projetos, tais como, por exemplo, o do Parque da Ervilha, o do Parque da Lapa e muitos outros que estão previstos no Plano de Ordenamento da Cidade do Porto e que não nos aparecem aqui no orçamento; propusemos que a Câmara adotasse as medidas necessárias ao alargamento do Passe Andante até aos 18 anos, e esta foi uma medida que foi



recusada pelo Executivo; propusemos que, do ponto de vista do combate à pobreza, se instituísse uma medida tão simples e tão justa como a implementação automática da tarifa social da água, que conseguiria atenuar as dificuldades de cerca de 16 mil famílias em situação de carência económica; propusemos que fosse reforçada a capacidade de fiscalização desta Assembleia Municipal, para que os Grupos Municipais, que fiscalizam aquilo que é a aplicação de um orçamento de 315 milhões de euros, vissem reforçadas as suas capacidades de escrutínio, as quais, parece-nos a nós, estão bastante condicionadas pela falta de capacidade e de meios que têm os Deputados Municipais; propusemos que, enquanto a Câmara Municipal do Porto inicia a devolução de equipamentos, como o Batalha e como o Bolhão, à cidade, recusasse aquilo que é a sua própria proposta de entregar o Abrigo dos Pequeninos a um projeto que não vai estar ao dispor da população. Nós entendemos que um equipamento como aquele, num território tão sensível, que tem sofrido de forma tão acentuada os efeitos da gentrificação, devia ser um equipamento com fins sociais, que fosse discutido com as pessoas que lá vivem e que as pessoas fossem ouvidas na definição do que é aquele equipamento; propusemos, por exemplo, e às vezes nas pequenas coisas é que está o segredo para melhorar a vida das pessoas, uma coisa tão simples, como o facto de as bibliotecas municipais fecharem todos os dias às 6 horas da tarde, obrigando centenas de pessoas a interromper o seu trabalho para se poder fechar um equipamento destes, ou seja, propusemos que a Câmara estudasse a capacidade de alargar os seus horários. A Câmara Municipal do Porto continua a fazer grandes investimentos, mas para as pequenas coisas, muitas vezes, não tem uma resposta simples, tão barata e tão eficaz.

Portanto, quando falamos da oposição construtiva ou da oposição destrutiva, o Bloco de Esquerda procurou construir com este Executivo e com a cidade propostas que fossem razoáveis. E como estas nós vimos muitas outras que poderiam estar neste orçamento, que importariam estar neste orçamento, e que cá não estão. Por exemplo, continua a não existir na cidade uma estratégia para a mobilidade, nós continuamos a ver medidas anunciadas de forma avulsa, um projeto aqui um projeto ali, mas não existe sequer um pensamento escrito, com objetivos, mensurável, discutível, debatível, capaz de receber os contributos de



tantas pessoas que sabem tanto sobre esta matéria. Esse documento não existe, e não, Senhor Presidente, uma estratégia para a mobilidade não é o PDM, ele precede-o e o PDM concretiza-o. É urgente que a cidade tenha um.

Continuamos a não ter um orçamento verdadeiramente participativo, continuamos a não ter uma rede de parques de recreio para cães, que é uma proposta tão sensata, porque, hoje, na cidade, ninguém pode andar com o seu animal de estimação na rua sem trela, a não ser no Parque que já foi aberto no Jardim do Bonfim e, portanto, como estas, nós vemos muitas outras propostas que ficam muito aquém e que não nos permitem neste orçamento, votar favoravelmente.

E aquele que é o grande calcanhar de Aquiles do orçamento municipal é precisamente a questão da habitação. Na questão da habitação reside a nossa maior divergência. Nós vemos neste orçamento e nas propostas que ele apresenta uma resignação perante os impactos mais negativos das políticas de desregulação do mercado na área da habitação.

Este orçamento, parece-nos a nós, reflete, por um lado, um deslumbramento permanente com o turismo, vemos a Câmara em feiras imobiliárias a promover os investimentos estrangeiros, vemos uma monocultura de abertura de hotéis no centro da cidade, vemos uma regulação do alojamento local que cria um conjunto de buracos que permite que tudo continue a funcionar no Centro Histórico, temos programas de habitação a renda acessível que são permanentemente anunciados na comunicação social, que são lançados em concursos de ideias e que, passados 7 anos de mandato, continuam a não sair do papel, eu julgo que nós não sabemos sequer o número de casas que foram disponibilizadas durante estes mandatos, e sim, vemos também alienação de património que podia ser disponibilizado para habitação. Por exemplo, em 2015 foi apresentado um estudo de diagnóstico sobre as 'ilhas' e hoje não conhecemos um projeto para lhes dar resposta.

Temos uma estratégia local de habitação à espera para ser aprovada, mas esta estratégia nunca foi discutida publicamente, não sabemos quem envolveu, que forças mobilizou, se envolveu só engenheiros, se envolveu só arquitetos, se envolveu sociólogos, se envolveu quem devia ter envolvido.

Esta resignação que se estende à habitação municipal é para nós a grande falha, a falha capital deste Executivo. Por exemplo, quando falamos de insufici-



ências em matéria de habitação, há uma questão que nós não podemos distinguir, que não podemos desprezar neste orçamento, é que uma política de habitação social tem que permitir que toda a gente que necessita tenha acesso a essa habitação social, e hoje temos 1000 famílias em lista de espera, e eu ouvi o Senhor Presidente dizer que a Câmara nem mais uma casa de habitação social fará. Mas este não é o único problema, a questão é que há também o problema da matriz e do Regulamento Municipal. Nós temos hoje pessoas que recebem o Rendimento Social de Inserção, 189 euros, e que não têm acesso sequer à lista de espera de habitação social. São pessoas que não têm acesso às rendas acessíveis e que deveriam, por viverem abaixo do limite de pobreza, ter acesso à habitação social.

Portanto, esta ideia que trespassa todo o orçamento da Câmara e que é um regozijo permanente com as políticas de habitação, é uma política que nós não podemos sancionar, é uma visão de cidade que nós recusamos e é, sobretudo, uma visão de cidade que permite que as forças de mercado esmaguem o direito à habitação na cidade.

Como dizia o Senhor Deputado Rui Sá, esta é uma visão neoliberal da cidade que nós não subscrevemos e esta ideia de cidade, marca de cidade, produto, a chamada cidade Porto ponto não é nossa cidade, por isso, o Bloco de Esquerda votará contra”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira deu conta que: “Há alguns aspetos da sua intervenção em que concordo, naturalmente discordo da maioria daquilo que diz e é normal que também discorde da maioria do que nós dizemos, mas vamos, em primeiro lugar, à questão do agravamento do IMI a prédios devolutos. Nós já o dissemos, estamos de acordo com isso, mas vamos explicar qual é a dificuldade. Como sabem, no Centro Histórico, o IMI é 0. Eu devo dizer que sempre fui contra, já no tempo em que eu era Presidente da Sociedade de Reabilitação Urbana não de saber que eu sempre fui contra esse princípio, ou seja, zerar o IMI para tudo o que existe, para todos edifícios do Centro Histórico é um total disparate e não faz qualquer sentido. E vou explicar porquê. Porque permite o estacionamento livre que prejudica aqueles que reabilitam, ou seja, se houver uma rua pequena em que só há duas casas, há a do



Senhor Deputado e a minha, o Senhor Deputado fica com a sua casa parqueada, estragada, à espera que eu reabilite a minha, para depois o terreno da sua casa se valorizar e assim poder beneficiar daquilo que foi a obra do vizinho. Portanto, eu acho que o princípio é mau. Acho que se deveria encontrar aqui forma de dizer que é um benefício fiscal em determinadas circunstâncias, para a reabilitação, porque se nós multiplicarmos zero por 7 dá 0, se multiplicarmos por 6 dá 0, ou seja, nós temos aqui um grande problema. A maturidade atingida hoje no Centro Histórico já não recomenda que haja quem precise desses instrumentos. Portanto, aqui temos o primeiro problema.

O segundo problema que temos é um problema operacional para identificar e notificar os proprietários, porque as Finanças, até há pouco tempo, enviavam os ficheiros em HTML, o que era praticamente intratável, como compreende, era mais ou menos como receber uma mistura de puzzles, com peças soltas. Agora já envia em Excel, o que já nos permite, apesar de tudo, fazer algum trabalho, mas qual é o problema? O problema é que as moradas não coincidem, até aqui na Avenida dos Aliados, para nós morada é 101, para as Finanças é 101-B, ou seja, é um trabalho absolutamente impossível do ponto de vista administrativo.

Está a ser feito e tem que ser feito, mas vai demorar muito tempo a fazer e isso tem levado a que nós não consigamos concretizar essas medidas.

Na minha ótica, e eu espero que os Partidos que aqui estão e que estão representados na Assembleia da República chamem a atenção para os centros históricos, não faz sentido nós estarmos a cobrar IMI zero a hotéis no Centro Histórico do Porto. Não faz sentido, peço imensa desculpa, mas era importantíssimo dizê-lo. E porquê? Porque voltar a pôr o IMI a taxas normais é permitir que as cidades, livremente, através dos benefícios fiscais, que tão bem foram consignados há um ano e meio, e que nós conseguimos aproveitar, pudessem defender os benefícios fiscais que quisessem, ou seja, conseguissem calibrar melhor aquilo que é a necessidade que a cidade tem de ter uma política mais ativa na fiscalidade sobre o seu território.

Sobre a questão da habitação, eu, genericamente, concordo com o seu diagnóstico. Nós, de facto, precisaríamos de ter mais habitação e até compreendo a dificuldade das pessoas que estão abaixo do limiar de pobreza, que nem se-



quer se conseguem inscrever na matriz. Mas, vamos lá a ver, vamos definir quais são as competências do Estado Central e quais são as competências das autarquias. Aquilo que eu tenho dito é que, neste momento, e quando nós olhamos para aquilo que é o grande desígnio da nação, que é ter mais habitação social, nós já estamos muito acima dos números da habitação social, comparados com outros municípios, e isso, de facto, representa um encargo elevado, um investimento muito elevado para o Município do Porto e quando nós olhamos para as novas políticas de habitação social, verificamos que o Estado, neste momento, aquilo que vai disponibilizar é exclusivamente para habitação social na construção nova, isto é, vai apoiar com 35% a construção e a reabilitação com 50%. Eu considero que 35% é muito baixo, e se é baixo para o Município do Porto imaginem para os outros, vai ser muito difícil para os municípios encontrarem 65% do investimento necessário para construir habitação social nova. Vai ser muito difícil. Não chega. Tenham paciência, se identificam isto como uma grande carência, então o Estado vai ter que dotar mais do que isto. Mas eu diria mais, era preciso também que o Estado incluísse nestes fatores a habitação pública a preço acessível, porque aí, sim, nós não precisaríamos de recorrer a alguns projetos do mercado.

Vamos lá a ver, se os Senhores todos identificam, se todos os Partidos no Parlamento identificam a habitação como o grande problema, que vai ser preciso mais habitação social, digam-me sinceramente se acreditam que com 35% de apoio às câmaras os municípios vão construir habitação social? Não vão. Má notícia, não vão. E sem nenhum apoio naquilo que diz respeito à habitação a preço acessível, vão ser muito poucos os municípios a fazer este investimento público, porque não vão ter dinheiro e não vão arranjar fontes de financiamento.

E, relativamente às pessoas que estão abaixo do limiar de pobreza, porque é que o Estado não cria aqui, porque essa é uma competência de coesão, é uma competência direta do Estado, um cheque renda, como há noutros países? Aí sim, resolvia o problema. No fundo, é o que nós fazemos com o nosso Porto Solidário, no qual o Município investe 2 milhões de euros por ano? É o cheque renda. E assim, sim, o Estado entraria com essa contrapartida e seria possível resolver o problema.



Nós assumimos já a vontade de ficar com a habitação da cidade do Porto que hoje pertence ao IHRU, e estamos a falar em 1000 habitações. Aquilo que eu disse ao Senhor Primeiro-Ministro, e disse ao Senhor Ministro, foi que a cidade do Porto compreende que, no âmbito das políticas de descentralização, o Estado precisa de resolver o problema da habitação do IHRU e eu espero que depois o IHRU acabe, porque eu pergunto, para que é que se vai manter aquele monstro? Já agora, acho que devíamos pôr aqui quase uma condição, nós ficamos, mas acabam com o IHRU. O IHRU é um sorvedouro de má gestão, portanto acabe-se com o IHRU, porque se não é para acabar com o IHRU mais vale o IHRU ficar com tudo, até ficar com a DomusSocial. Mas nós estamos de acordo em ficar com a habitação do IHRU, mas temos que ver em que condições, e aquilo que nós dissemos, e que propusemos, foi que nós precisamos de ter um valor padrão para a reabilitação das casas do IHRU, que estão em pior situação que as nossas, ver quais são as que estão em má situação, qual o padrão do custo da reabilitação, que nós sabemos que é a reabilitação que estamos a fazer no Bairro do Cerco, encontrar uma forma de dividir em partes iguais, 50/50, haver um cheque de 50% e a Câmara põe um cheque de 50%, para que a habitação do IHRU, que passa para a DomusSocial, tenha a qualidade que os inquilinos da DomusSocial, os moradores municipais, estão habituados. Agora, o que não podemos ficar é nós com o ónus total disso.

Segunda má notícia, parece que o IHRU contraiu alguns financiamentos e querem passar essa dívida para a Câmara, coisa que, como compreenderão, nós não podemos aceitar.

Finalmente, terceira má notícia, em muitos dos prédios do IHRU fizeram aquilo que a Câmara imprudentemente fez, há uns anos atrás, venderam frações. Ora, nós só estamos interessados, em edifícios em que não haja frações vendidas, porque, de outra maneira, temos o problema que temos hoje, como sabem, em alguns bairros do Porto, nomeadamente no Bom Sucesso. Temos um problema, porque nós queremos fazer grande reabilitação, mas frações não são todas nossas, há frações que são propriedade privada, de determinadas pessoas que compraram aquelas habitações e que não podem pagar a sua parte, e nós não encontramos fórmula legal de resolver este problema. Portanto, mais uma coisa para os Partidos, que estão representados na Assembleia,



perceberem que é preciso encontrar uma solução para isso. Houve muitas pessoas que compraram casas, mas as pessoas passam e acham que são habitação social. Não são, são propriedade privada, e as pessoas compraram aquilo, a meu ver, foram mais ou menos enganadas. Portanto, tem que se encontrar uma forma qualquer de resolver o problema.

A Câmara pode fazer uma coisa, se tiver mais do que dois terços das habitações num determinado prédio, pode constituir uma administração de condomínio, fazer obras e mandar a conta à pessoa que tem a propriedade privada, só que ele não tem dinheiro. Ora, nós não queremos ficar com esse ónus do IHRU.

A questão da habitação do IHRU é um problema com que nós vamos ter que ser confrontados, portanto, eu não excluo e não ignoro que há um problema com a habitação, e vai haver sempre, só que me parece, sinceramente, que o esforço que tem sido feito por sucessivos Executivos no Porto, que são exemplares ao nível do país, não nos permitem, neste momento, ir muito mais além, é isso que eu digo.

Agora digo-lhe já, se o Estado entra com 35% na construção nós temos que inventar os terrenos, o que já não é fácil, e depois só nos dão 35%? Olhe, comigo não vamos construir. Não vamos, porque a cidade não aguenta. Podemos construir, 20, 35 habitações, agora, construir habitações como precisamos, 1000 habitações, que era o que se calhar precisávamos, é impossível, nenhum município vai ter dinheiro e nós muito menos.

Portanto, peço desculpa, eu não quero que imagine que o Presidente da Câmara está a dizer, não quero construir habitação social porque ela não é precisa, não, o que eu digo é que é preciso, mas tem que haver quem ajude a pagar, e acho que 35%, acho que o Senhor Deputado me acompanhará nisto, não é manifestamente suficiente, principalmente porque o preço da construção está neste momento bastante elevado e nós correríamos o risco de, muito rapidamente, esgotar todos os recursos que temos para fazer face a outros investimentos. Mas há uma coisa que eu não vou deixar de fazer por causa disso, são as grandes reabilitações que temos feito nos bairros sociais, porque a nossa principal preocupação, neste momento, tem que ser, apesar de tudo aqueles, que já são nossos inquilinos. Nós não podemos de repente deixar de inves-



tir 20 milhões de euros e dizer que vamos construir habitação nova e aquilo que se dane, porque isso foi, muitas vezes, o erro no passado”.

O Senhor Deputado Gustavo Pimenta (PS) informou que: “Relativamente às várias propostas sobre taxas e impostos que estão associadas a esta proposta de orçamento o PS vai votar favoravelmente todas elas, com exceção do IMI, matéria sobre a qual nos absteremos.

Isto dito, Senhor Presidente da Câmara, celebro o tom otimista, quase poderia dizer eufórico, com que o Senhor Presidente nos apresenta o orçamento para 2020. Às vezes semelhante postura tem o condão de contagiar e de, por isso, ajudar a ultrapassar ou, pelo menos, a esquecer as dificuldades com que o nosso viver quotidiano nos tem brindado, fruto de muitas circunstâncias, grande parte das quais para o bem e para o mal, não resultam de políticas municipais. É indiscutível que o Porto é hoje uma cidade bem diferente da que tínhamos há uns anos atrás, diferente em muitos aspetos para melhor, noutros, nem tanto ou nem por isso.

O orçamento que hoje aqui apreciamos reflete uma política de continuidade, acentua a preocupação com os grandes investimentos de que a cidade continua a necessitar, promete-nos o céu para qualquer dia, mas não me parece vocacionada para responder ao purgatório em que o dia a dia frequentemente se transforma.

É certamente bom que o Porto seja uma cidade vibrante, cativante para quem a visita, compensadora para o mundo dos negócios, mas é pena que, ao mesmo tempo, se revele incómoda, até ingrata, para quem nela vive e trabalha. Tardar a intervir mais ativamente no domínio da habitação, quer dita social, quer de renda acessível, como na ação preventiva de evitar a migração de fogos habitacionais para outros fins, para além de consentir um mercado imobiliário perigosamente especulativo, debilita a estrutura da população residente, gera movimentos pendulares na mobilidade, de e para a cidade, insuportáveis que, a qualquer hora do dia, torna infernal circular no seu interior. Sim, sabemos que o Estado Central, não podendo estar em todo o lado, a todo o tempo, não tem, neste domínio, como o Senhor Presidente gosta de acentuar, sido particularmente pródigo para com o Porto. Mas, mesmo que assim seja, tal não



justifica a inércia de quem governa o território municipal e tão veementemente condena, e bem, o centralismo estadual.

O Município pode e deve fazer mais, apesar de este orçamento incorporar algumas medidas relevantes, fruto também dos contributos do PS para a sua elaboração, como se sublinhou na reunião do Executivo. Estão aí, com o que nos congratulamos, o alargamento da dotação orçamental para o programa de apoio ao pagamento da renda Porto Solidário para 2 milhões de euros, 1 milhão de euros já inscrito e uma dotação similar a incluir na primeira revisão orçamental, em maio de 2020, assumindo-se a alteração do regulamento de modo a facilitar o acesso e a garantia das pessoas; a manutenção e alargamento do exercício do direito de preferência, de modo a assegurar a diversificação do acesso à habitação no Centro Histórico, com uma dotação global de 10,2 milhões de euros; a concretização de um levantamento sobre o património municipal devoluto do Centro Histórico, incluindo o que resulta da incorporação da SRU, e definição da sua utilização em programas de habitação com renda apoiada, renda acessível, até ao fim do primeiro semestre de 2020; o desenvolvimento de um programa de habitação para o antigo Bairro do Leal, em regime de renda apoiada ou de combinação desta com renda acessível, a definir até ao final do primeiro semestre de 2020; a negociação com o Governo de transferência da gestão das casas do IHRU para a Câmara Municipal do Porto, sem dívida associada, restrito, na primeira fase, aos edifícios de propriedade exclusivamente pública e associada a um pacote financeiro que permita a sua requalificação e melhoria energética, tendo como referência 50% do custo do fogo por reabilitação em curso no Bairro do Cerco do Porto; a criação, em termos a definir, de um programa integrado de apoio a Associações de Moradores, colaborando na requalificação dos empreendimentos e na melhoria da eficiência energética das casas.

Pena é, que as nossas propostas para a dissolução do Invesurb – Fundo do Aleixo e o desenvolvimento local de um programa de natureza habitacional no quadro da promoção de renda acessível, opção tornada ainda mais evidente pelo projeto vizinho relativo ao Bairro Rainha D. Leonor; a definição de uma cota mínima de 10% dos fogos nos programas de renda acessível para atribuição a famílias no contexto de renda apoiada, alcançando-se assim o duplo



objetivo de dar resposta às necessidades das famílias com menos recursos e de disciplinar a habitação social pela cidade, evitando a guetização; a inclusão no programa em estudo para o Monte da Bela do direito de regresso ao local, em regime de renda apoiada ou de renda acessível, conforme os rendimentos das famílias, dos moradores que foram dispersos por outros bairros, aquando da demolição de S. Vivente de Paulo. Lamentamos que estas não tenham merecido o acolhimento do Executivo.

Muitas outras medidas, em diversos domínios, tivemos ocasião de apresentar para a elaboração deste plano de atividade e orçamento, algumas acomodadas, outras não, é a vida.

O resultado final é que não nos parece que o Executivo tenha vertido neste documento uma estratégia capaz de dar resposta bastante aos problemas do nosso quotidiano com a celeridade que se impunha e nos autorize a ser, quanto ao futuro, tão otimistas quanto o Senhor Presidente se anuncia ser.

Por isso nos absteremos na votação”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira respondeu que: “Senhor Deputado, diz bem, de facto nós tivemos oportunidade. Foi a virtude de termos feito o nosso trabalho um pouco mais cedo com as várias forças políticas, não foi apenas com o PS, creio que incorporamos sugestões de praticamente todas as forças políticas.

A questão de debater o orçamento com as forças políticas, como fizemos a partir do final da primavera, em julho, ainda com umas ideias muito vagas, depois de fazermos essa discussão e passadas as férias, já com uns números mais acertados, permitiu-nos perceber aquilo que à cidade interessava acomodar das propostas das várias forças políticas e eu acho que, de facto, fez uma resenha daquilo que foram as propostas do Partido Socialista e daquelas que nós entendemos acomodar.

A questão das rendas apoiadas ou renda acessível, de encontrarmos aqui modelos de acelerador, e eu não me estou a queixar do Estado, estou a dizer apenas que se o Estado quer determinar e parametrizar políticas públicas que acelerem a disponibilização de casas, seja de renda apoiada, para alguns casos, sendo de renda acessível, para outros, devo dizer que, o edifício legislati-



vo construído na anterior legislatura, não foi acompanhado dos recursos essenciais, e repito, e digo isto com toda a prudência, para um município como o Porto vai permitir, ainda assim, fazer alguma coisa, mas para muitos municípios, principalmente aqueles que já começaram a ficar com pacotes de descentralização que não estão a ser acompanhados do cheque respetivo, implica a maior das prudências. E eu faço aqui um prenúncio, acho que a data de 2021 para a descentralização obrigatória vai ter que ser revista rapidamente pelo Parlamento. Em primeiro lugar, porque não coincide, ou coincide mal, com aquilo que é o calendário das próximas eleições autárquicas e, depois, porque o trabalho não está feito, principalmente porque o Tribunal de Contas já disse, mais ou menos, ao que vinha, já disse que quer ter a certeza que nessa transferência de competências não há agravamento da despesa pública.

Ora, sabendo nós, da inflexibilidade da despesa pública primária no Estado, nomeadamente a nível dos recursos humanos, eu não vejo muito bem como é que se vai conseguir descentralizar a educação, a saúde, a habitação, não vejo, e, também por isso, parece-me, que nesta questão da habitação, seria bom o Estado repensar esta matéria. No nosso caso, como já disse, não estamos interessados no pacote da descentralização da habitação. Agora, passarem habitação com dívida para os municípios, creio que o Partido Socialista do Porto está de acordo que nós não podemos mesmo aceitar, não é possível. Isso seria terrível.

Pelo contrário a habitação social do IHRU tem que vir acompanhada com cheque. Nós sabemos exatamente que, ao longo dos anos, a sustentabilidade da DomusSocial foi garantida e foi trabalhada, e são vários os Executivos que o têm feito, mas entrar agora na DomusSocial 1000 casas sem a dotação para fazer a reabilitação e, principalmente, sem nós percebemos como é que está a questão das rendas, porque há também um aspeto fundamental que é, nós não nos podemos esquecer que os inquilinos da habitação social no Porto cumprem, cerca de 98% pagam as suas rendas e sabemos que no IHRU isso não é assim.

Preocupam-me muito alguns dos normativos da Lei Base da Habitação, principalmente numa altura em que estão a passar isto para as câmaras, porque se estivessem no Estado não iam fazer aquela Lei de Bases. A Lei de Bases da



Habitação o que diz, mais ou menos, é que, no caso de despejos, as câmaras asseguram o realojamento. E essa matéria, aparentemente, é muito generosa, agora, o que pode levar é a que um conjunto alargado de cidadãos pergunte, mas então para que é que eu vou pagar renda? Não me podem despejar, porque se me despejarem têm que me realojar, para que é que eu estou a pagar renda? Portanto renda passa a ser uma prestação voluntária. Isto é grave, numa altura em que estão a tentar passar este ónus para as câmaras. Repito, nós não temos esse problema, porque os munícipes do Porto são de boas contas. Os inquilinos municipais são de boas contas, mas numa altura em que se está a passar este ónus para a Câmara é muito fácil dizer, depois paguem à Câmara se vos apetecer. É mais ou menos isso que está.

Portanto, eu acho que estamos todos a dizer a mesma coisa, Senhor Deputado. Mais do que fazer grandes anúncios, quando eu olho para os municípios vizinhos eles estão exatamente com as mesmas preocupações. Se falar por aí à volta, toda a gente tem a mesma preocupação. É evidente que Porto e Lisboa são aqueles que têm maior pressão neste momento, mas Cascais ou Loures também têm. Veja a situação em Loures, veja a situação em Almada. Todos os municípios neste momento estão muito preocupados com a questão da habitação.

Portanto, eu espero que, nesta legislatura, o Governo legisle menos, até porque já está tudo legislado, e encontre formas de, em equilíbrio com os municípios, fazer esta descentralização, mas tem que ser uma descentralização bem-feita.

Repare numa coisa, nós estamos a assumir uma descentralização neste orçamento, é a descentralização da STCP. Já viu bem, o cheque não vem. Vem este agora para refazer a frota, que já estava previsto, e não vem mais nada. Vão ser os municípios a pagar.

E se nós pensarmos que na educação temos crescentemente que fazer a mesma coisa, aí não há reequilíbrio entre municípios vizinhos, como creio que sabe. O Porto tem uma taxa de cobertura em ensino pré-escolar de 140% e não tem nenhum contributo dos municípios vizinhos. Sabem o que é que isto quer dizer? Quer dizer que por cada 100 crianças residentes na cidade do Porto há 40 crianças que vêm de municípios vizinhos a quem nós temos que dar



todas as mesmas condições. Ninguém faz contas disto, são os contribuintes do Porto que pagam, e eu até acho bem, acho ótimo, olhe, é uma maneira de termos mais portuenses, mais portistas e tudo o mais. Pois, vêm aqui para o Porto, exatamente, a gente dá-lhes uma camisola Porto ponto, com azul e branco, e pronto, são portuenses. O Senhor Deputado é que vai para Presidente do Benfica, foi o que me constou.

Mas, repare bem, isto dá bem o exemplo do risco que é nós avançarmos para modelos, principalmente modelos não metropolitanos ou não regionais, eu prefiro modelos regionais, que resolvam este problema da descentralização na questão da habitação. Nós temos que ter fluxos, nós queremos ter fluxos migratórios e queremos ter mais pessoas, mas não queremos ter mais pessoas só porque o Porto vai ter a habitação social que os outros municípios não podem ter. Nós queremos ter portuenses que venham para cá, porque eram daqui, que para aqui querem voltar, mas não pode ser uma cidade de refúgio. Nós, na questão do IHRU vamos ter que ter muito cuidado.

Eu espero que esta matéria, e o PS tem uma grande responsabilidade, porque tem a liderança da Área Metropolitana, ou seja, tem a maior parte dos municípios, seja também trabalhada a nível metropolitano, porque não tem sido. Como sabe, desde a Cimeira de Sintra, as Áreas Metropolitanas foram esquecidas, tem-se dado preferência à Associação Nacional de Municípios e as Áreas Metropolitanas não têm tido competências e as Áreas Metropolitanas são absolutamente fundamentais, a questão do IHRU não se vai resolver sem as Áreas Metropolitanas, porque o que resta no país, fora das Áreas Metropolitanas, é muito pouco em termos de habitação social do IHRU”.

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) deu nota que: “No que diz respeito à votação das taxas municipais nós iremos votá-las todas favoravelmente, excetuando o Ponto 5, e eu explicarei, na minha intervenção, o porquê de nos abstermos nesse ponto.

Relativamente ao orçamento municipal, um orçamento municipal contempla sempre uma ideia de futuro para a cidade, a nossa passa por uma visão integrada das diferentes áreas fundamentais para os que nela vivem e os que nos visitam. Isto desde a adaptação, a mitigação e a resiliência em relação às alte-



rações climáticas, à mobilidade, ao ordenamento do território, à habitação, à educação, à saúde, à sustentabilidade das contas, à proteção animal e aos investimentos duradouros. Há pois que trabalhar para uma cidade, onde todos importam, cumprindo os objetivos para o desenvolvimento sustentável evidenciados pela Organização das Nações Unidas até 2030.

Neste orçamento há claramente pontos que convergem com o PAN, há obviamente outros que nos separam. Desde logo falar daquilo que nos aproxima. Há uma preocupação em dar resposta às necessidades em termos de recursos humanos, o que se traduz na despesa com pessoal, mas estabilizando, valorizando e dignificando os recursos humanos desta Câmara Municipal.

Igualmente, não podemos deixar de referir que há, de facto, concretizações na cidade do Porto que começam a tomar forma, das quais são bom exemplo o Mercado do Bolhão, o Terminal Intermodal, o Centro de Recolha Oficial de Animais, o Projeto da Rua Direita, a recuperação e ampliação do Parque Oriental e esperamos que se continue a fazer o caminho necessário relativamente ao Cinema Batalha, à recuperação da Escola Alexandre Herculano e na reconversão do Matadouro Municipal, obras que seguramente irão contribuir para uma melhoria das respostas da Câmara Municipal do Porto às vontades e às necessidades dos munícipes.

Porém, notamos que, infelizmente, estas decorrem com os habituais atrasos, a que, ao que parece, todos vamos estando um pouco habituados. Da nossa parte, vamos lembrando e lembrando, mas a verdade é que, sem sombra de dúvida, se os prazos fossem cumpridos a qualidade de vida das pessoas do Porto seria seguramente melhor e estas estariam mais satisfeitas.

Claro que não se pode deixar de enaltecer que se chegue ao final de 2019 com dívidas zero, no que à banca diz respeito, não obstante, não podemos ignorar que as receitas estão muito alavancadas em impostos relacionados com o mercado imobiliário, como o IMT, o IMI e até com a taxa turística. Convém sempre ter isso presente, pois estas são receitas que obviamente variam de ano para ano.

E já que estamos a falar de impostos, no que diz respeito à proposta do IRS, como temos vindo a dizer, sendo um imposto escalonado e mesmo considerando que precisa de ser revisto, representa uma fatia significativa e importante



para o Município poder atuar, pelo que concordámos com a proposta de fixar em 5% da participação do Município no IRS.

No que diz respeito à proposta de IMI preocupa-nos a majoração dos 30% nos edifícios devolutos, pois poderá obrigar aqueles pequenos proprietários, que não têm condições financeiras para os recuperar, a verem-se obrigados a colocá-los nas mãos daqueles que muito têm. É aqui que o setor cooperativo pode ser chamado a intervir. Medidas como estas, entendemos, têm que ser acompanhadas de incentivos à recuperação e entendemos que o reforço positivo é essencial nestas políticas. Quando o Executivo Municipal, no relatório que nos disponibiliza, se refere aos ganhos de vida dos portuenses, não podemos deixar de lembrar que, face àquilo que foi a reação tardia ao nível das políticas em matéria de habitação e de uma visão integrada nesta matéria, foram muitos os portuenses que perderam as suas casas. Igualmente continuarmos a viver uma situação dramática no acesso à habitação, não esquecendo que a taxa de esforço para o arrendamento, ou seja, o peso do arrendamento nos rendimentos da família, os estudos revelam que esta é de 51% no Porto, mais de metade dos rendimentos das famílias, e que, como sabemos, o programa de arrendamento acessível prevê, como valor máximo para um T2, no Porto, 1.100 euros mensais, o que não se coaduna com a capacidade económica da maioria das famílias portuenses, sendo certo que estas dificilmente conseguirão suportar estes valores e muito menos conseguirão aceder aos restantes bens e serviços. A este propósito dirá o Executivo Municipal que é fruto do clima do sucesso que se vivencia na cidade e da atratividade que o Porto tem. Muitos são os que, de facto, querem estar e morar no Porto, e ainda bem, mas o Porto tem que ser para todos. Há pois que estar mais próximo daqueles que mais dificuldades têm, não esquecendo uma classe média que, mesmo com os seus rendimentos, precisa de uma habitação hoje, precisa de se deslocar hoje, precisa dos serviços e respostas hoje.

Não nos esquecemos também das pessoas em situação de sem-abrigo, que mesmo que não sejam originárias do Porto é cá que vivem. Isto, seguramente, porque o Porto tem mais respostas ao nível das Organizações Não Governamentais que atuam nesta área. E entendemos também que é ao lado destas



associações portuenses que se espera que a Câmara Municipal do Porto esteja.

Se, por um lado, vemos no orçamento a tomar substância a verba para a resposta inicial, no que diz respeito às salas de consumo protegido, não pudemos aferir se as respostas em matéria de intervenção com pessoas sem-abrigo irão da parte do Município aumentar. Sabemos que seria muito positivo para as pessoas que vivem na rua poderem ter um cacifo e usufruir de balneários e também as associações voluntárias e sem fins lucrativos que atuam nesta matéria, muito necessitariam de apoio especializado que a Câmara Municipal poderia equacionar disponibilizar.

Se, por um lado, vemos neste orçamento a verba em falta para manter as redes locais de intervenção social, convergindo assim com aquilo que foi a proposta do PAN e dando continuidade a uma resposta essencial depois dos devidos diálogos do Senhor Vereador com a Segurança Social e, mais uma vez, assumindo responsabilidades, neste caso, o técnico das RLIS – Rede Local de Intervenção Social que fica destacado para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

Também em matérias de saúde e educação, entendemos que a aposta do Executivo numa maior pró-atividade e abertura nesta matéria é positiva, nomeadamente através de um plano municipal de saúde e no que à educação diz respeito, por contemplar diversas formas de desenvolvimento de inteligência e de gestão emocional, por proposta do PAN.

Já naquilo que é proteção animal, a nosso ver, caminha-se muito lentamente. A título de exemplo, perguntamos, como se podem continuar a aplicar multas às pessoas por soltarem os animais em espaços públicos, se não lhes são dadas alternativas para este tão necessário exercício. Veem-se agora alguns passos para o segundo parque canino, mas é inequívoca a necessidade de um parque canino por freguesia, isto numa primeira fase. Ainda em matéria de proteção animal, e sendo assumido pelo Executivo que não se querem aplicar políticas de abate de animais, urge apostar em políticas de esterilização, não só para dar o devido cumprimento à legislação, no que às colónias de gatos diz respeito, mas, também, porque há, de facto, muitas associações que fazem esse trabalho no Porto e que devem ser apoiadas, não se podendo interromper um tra-



balho que se iniciou em 2019. A regra é simples, não sendo esterilizados agora a probabilidade é virem a custar muito mais no futuro, isto é, entrando no centro de recolha oficial de animais ela é bem mais elevada. Uma outra circunstância é certa, mesmo com o esforço de vários profissionais que diariamente se encontram no canil municipal, os animais abandonados do Porto precisam de mais atenção nas decisões políticas, nomeadamente campanhas de divulgação mais eficientes, leia-se inovadoras e frequentes, recorrendo aos excelentes serviços de comunicação de que a Câmara Municipal do Porto dispõe. Não podemos ainda assim deixar de apontar a aposta positiva nos serviços especializados de socialização dos animais, que é essencial para os preparar para adoção, chamando a atenção para que estes serviços devem ter continuidade. Por fim, nesta matéria, dizer apenas que consideramos positivo o reforço substancial em recursos humanos que acontecerá em 2020.

No que diz respeito à juventude gostaríamos de deixar a nota que esta continua a ser o parente pobre deste orçamento municipal e entendemos que fazer a sua análise juntamente com o orçamento da educação não deve fazer esquecer que o Plano Municipal da Juventude se encontra guardado na gaveta desde 2017.

Por outro lado, o reforço do associativismo revela-se muito positivo e esperamos que possa contemplar, de forma transversal, as diferentes áreas de intervenção social.

No que diz respeito à mobilidade continua a faltar uma divisão de intermodalidade que não pode esperar até o Intermodal estar pronto.

Voltamos a afirmar, as pessoas não usam mais os meios suaves, porque não é seguro fazê-lo no Porto. Há que investir em políticas municipais que permitam a segurança de quem recorre a bicicletas, trotinetes e outros meios que emergiram e que hão de emergir. Há que ligar toda a cidade e fazia mesmo, a este propósito, um desafio ao Executivo Municipal, era que tirassem um dia para fazer um trajeto da casa de cada um para o trabalho, recorrendo, quer à mobilidade suave, quer à intermodalidade.

Deste Executivo precisaremos também de uma mão atenta às reais necessidades dos munícipes na gestão dos STCP em 2020.



Um outro aspeto que será importantíssimo em 2020 na definição do que vai ser o Porto é a aprovação do PDM. Aqui a mobilidade, o ordenamento do território e o ambiente são em si essenciais para termos uma cidade com mais qualidade de vida. Tal passa, por exemplo, por mais espaços verdes de proximidade, não deixando ninguém para trás.

Posto isto, e sobre os documentos aqui apresentados, informando desde já que a nossa posição será de abstenção, teria quatro questões em concreto, que representam dúvidas da leitura e análise dos documentos. No relatório que nos foi disponibilizado é referida a redução da participação do Município no capital social da Empresa Municipal Águas do Porto. O que é que o Executivo Municipal tem em vista nesta matéria e, a acontecer, como garantirá o preço da água? Quais os edifícios que estão previstos alienar? Estará o Executivo Municipal disponível para alargar a redução da taxa da Derrama, como pensou fazer para empresas tecnológicas, também a empresas a atuar na área da sustentabilidade? Na juventude e na educação, estarão previstos programas para intervir junto dos jovens que nem estudam nem trabalham e, de alguma forma, dar resposta às necessidades elencadas pela Federação Académica do Porto, no que ao alojamento dos estudantes de ensino superior diz respeito?”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira interveio, dizendo: “Senhora Deputada, vamos primeiro à majoração do IMI. Eu compreendo a sua referência, mas nós estamos preocupados com prédios devolutos onde não vive ninguém. Se calhar, há cinco anos atrás não era assim, mas hoje uma pessoa que tem uma casa dessas onde não vive ninguém é uma casa devoluta, presumo que não vive lá ninguém, e não vivendo lá ninguém nós não estamos a prejudicar nenhum pobre que lá viva. Pode dizer, bom, mas o proprietário não tem recursos. Se não tem recursos tem que vender. Se não pode pagar tem que vender. Não há outra forma. O estacionamento de casas devolutas ou em ruínas na cidade não pode ser. Nós não temos, relativamente à nossa propriedade privada, um direito absoluto, temos um direito relativo que contente com os direitos dos outros. Portanto, na minha ótica, e aqui acompanho a preocupação que o Bloco de Esquerda levantou, eu acho que aqui não temos como aferir. Poder-se-ia dizer, mas, e se houver agora uma quebra do setor imo-



biliário, se de repente não houver transações? Neste momento não falta quem queira casas, ora, se há casas e se as pessoas não as podem reconstruir, não devem ser incentivadas por um IMI tão favorável a não fazer alguma coisa. É apenas isso que nós dizemos.

Sobre os sem-abrigo, eu acho que o que nós estamos a fazer, estamos a fazer bem. Como sabe, nós temos 35 pessoas, neste momento, a habitar no Joaquim Urbano. Aquilo é um investimento 100% da Câmara, temos 2 restaurantes sociais e gerimos o NPISA – Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo. Estamos a falar de 2 milhões de euros entre a Câmara Municipal e outras participações que estão a ser envolvidas, e estão envolvidos cerca de 150 beneficiários, o que é um esforço muito considerável. Eu compreendo a sua visão sobre o Porto, sobre a atratividade do Porto, mas nós, com certeza, não vamos perguntar ao sem-abrigo se é do Porto, se é de Ramalde ou se é de S. João da Madeira. Tratamos os sem-abrigo todos por igual, porque eles vieram viver para a cidade do Porto, por alguma razão. Mas deixem que vos diga isto, e digo isto medindo as minhas palavras, não é aceitável que nós encontremos sem-abrigo, como eu já encontrei pessoas que conheço, que hoje estão numa situação de sem-abrigo e vieram de municípios vizinhos, porque as polícias municipais dos respetivos municípios disseram: ‘vão para o Porto, porque lá há umas políticas bestiais’. Isto está a acontecer. Portanto, também aqui é necessário..., é turismo, claro, são turistas, eu compreendo que as polícias municipais dessas câmaras tenham uma forte inclinação para os convidar a fazer turismo, mas não me parece a forma mais razoável de não haver uma política metropolitana nesta matéria, não há. Vejam, se faz favor, o que é que não está a ser feito nos municípios à volta. Portanto, se é uma migração natural, se as pessoas vêm para cá porque aqui conseguem, apesar de tudo, encontrar melhores recursos, porque a cidade tem mais turistas e porque conseguem uma esmola aqui ou ali, tudo bem, agora se estão a ser empurradas para cá, porque lá, onde, apesar de tudo, têm ainda alguma rede familiar, estão a ser empurradas para cá porque esses municípios não estão para investir nisso, aí, peço desculpa, mas alguma coisa está mal.

Compreendo o que diz sobre atrasos, olhe, ninguém gosta tão pouco de atrasos como nós. A verdade é que antigamente havia uma coisa chamada resolu-



ção fundamentada, hoje não há. Pensem apenas no controlo de gestão de tráfego, o controlo dos semáforos. Há cerca de um ano atrás, o Tribunal Administrativo entendeu dar provimento a uma providência cautelar de um dos concorrentes que perdeu o concurso. Entendeu o Tribunal Administrativo, apesar do recurso da Câmara, que devia ser suspensa a adjudicação desse concurso e dizia: não há problema, porque isto vai ser resolvido rapidamente e, portanto, não se justifica a preocupação do Município. Passou um ano. Há um ano que estamos à espera. Pense no caso do Batalha. O concurso público decorreu num prazo recorde, cerca de três meses, mas o Tribunal de Contas demorou especificamente até ao último dia, demorou tanto tempo no Tribunal de Contas como demorou o concurso público. Temos de facto uma enorme litigância neste momento e isso preocupa-nos muito, e temos uma outra situação, que preocupa todos os municípios, que é o facto de haver muitos concursos que estão a ficar desertos e os concursos que não ficam desertos a partir do momento em que são adjudicados surgem imediatamente problemas com empreiteiros, porque não previram o aumento do custo da construção. Nós temos este problema, que é um problema seríssimo. Todos os municípios estão com fortíssimas preocupações, também porque nos dizem não haver mão-de-obra qualificada. Isso se é assim, até é uma boa notícia, porque há uns anos atrás havia mão-de-obra qualificada a mais, mas nós, eu reconheço, que temos de facto um problema.

Quanto à questão dos benefícios fiscais, nós estamos a analisar exatamente quais os CAE a que devem ser aplicados os benefícios fiscais em sede de Derama. É uma matéria para ser discutida. A questão das tecnológicas, se calhar, é demasiadamente redutora, teremos que alargar isto a outras, estamos no domínio da saúde, por exemplo, talvez devamos fazer alguma coisa, mas essa é uma matéria que estamos a ponderar e que temos depois também de calcular, mas parece-me importante.

Sobre a questão da FAP, sim, nós temos acompanhado a FAP, aliás a FAP tem tido um papel muito importante na cidade do Porto. Estamos preocupados com a questão das residências de estudantes e temos pelo menos dois projetos, um da Sociedade de Reabilitação Urbana e outro da Câmara, que apontam exatamente para residências para estudantes, mas também aqui nós temos



algum problema. Vamos lá a ver, a Universidade do Porto, com todo o respeito que nos merece e não querendo interferir, vendeu recentemente dois grandes edifícios, a antiga Faculdade de Farmácia, em Aníbal Cunha e também o ex-Colégio, o Almeida Garrett. Ora, se a Universidade vende e não cria condições para criar aí residências estudantis, se o Estado também vende, como vendeu o Quartel de São Brás, por exemplo, é um bocado difícil depois a Câmara, só por ela, resolver o assunto. Portanto, tem que haver aqui alguma coerência. Eu compreendo, quer dizer, eu não me quero imiscuir nos problemas e na tesouraria da Universidade do Porto, mas compreenderão que há aqui algum equívoco, ou seja, quem deveria ter a maior preocupação relativamente às residências de estudantes, deveria ser a Universidade e o Politécnico. Percebo que não possam inventar recursos, a última coisa que eu posso é obrigar a Universidade e o Politécnico, na qual não tenho competências, a inventar esta matéria, agora, se começam a vender ativos e depois dizem agora não há sítios para residências de estudantes, temos um problema. Por outro lado, aquele plano do Estado que iria disponibilizar não sei quantos equipamentos para residências de estudantes, se calhar caíram todas em Lisboa, porque aqui no Porto não há nenhuma, e aqui o meu discurso é igual ao da FAP. Portanto, a minha preocupação é também com os estudantes, nós precisamos de ter estudantes. A Universidade do Porto precisa de ter mais estudantes estrangeiros, mas não só, precisa de ter estudantes portugueses que vêm de fora do Porto e que precisam de encontrar aqui residência a preços convidativos, e não encontram. Agora, temos que ser consequentes, ou seja, se de facto a Câmara Municipal do Porto tem procurado não vender ativos imobiliários, como sabem, e o Estado continua a vender os ativos imobiliários que tem, como vendeu recentemente, se a Universidade também o faz, naturalmente que nós não vamos inventar residências. É um pouco difícil e é um pouco para além das nossas competências.

Julgo que, com isto, tentei responder à maior parte das questões que me colocou”.

O Senhor Deputado Fernando Faria Bravo (PSD) usou da palavra para dizer que: “O aumento do orçamento da Câmara Municipal é uma boa notícia, assim



como a continuação da boa saúde financeira do Município, de resto, uma tendência constante neste século XXI. É igualmente uma boa notícia e, portanto, neste contexto, favorável em termos financeiros, mas lamentamos que não exista aqui uma proposta de descida de impostos ou de descida de carga fiscal, que poderia ser interessante para os portuenses, pelo contrário, existe um aumento de carga fiscal ou receita fiscal, ainda por cima toda aplicada em despesa corrente.

Sabemos que a nível nacional estamos igualmente perante uma situação de elevada carga fiscal, perto de 35% do PIB, portanto, parece-nos que a possibilidade de devolver uma parte do IRS pago pelos residentes do Porto seria extremamente benéfica para os portuenses.

Neste momento, 132 municípios, muitos de esquerda, quatro na Área Metropolitana do Porto, vários capitais de distrito, têm prevista essa devolução de parte do IRS para os seus munícipes. Por exemplo, temos que nos interrogar porque é que os portuenses pagam mais 2,5% de IRS que os lisboetas. Aqui não podemos falar apenas das classes mais privilegiadas, porque pagam IRS também, obviamente, pessoas de classe média, sabemos que pessoas de todas as classes sociais pagam IRS, incluindo bastantes de classe média e até com um pouco menos de rendimentos, portanto, esta é uma medida que vem beneficiar também pessoas de rendimentos mais reduzidos, ou seja, esta é uma medida que pensamos que é benéfica para os portuenses. Compreendemos quando o Senhor Presidente diz que é uma medida contra o seu programa, obviamente uma posição louvável, mas, pelo contrário, sabemos que o seu parceiro de coligação, o CDS, tem vindo a defender várias vezes, que se faça, a nível nacional, uma redução da carga fiscal. Portanto, quando estamos a falar de vários milhares de famílias portuenses que poderiam ter um IRS mais baixo, pensamos que é uma medida positiva e que é uma mudança positiva face ao seu programa eleitoral que seria bem aceite pelos portuenses, pelo que, parece-nos totalmente justificável e que deveria ser implementada”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira referiu que: “Senhor Deputado, em primeiro lugar, nós não temos parceiros de coligação, não somos uma coligação, somos um Movimento que, de facto, tem o apoio, que nós



muito apreciamos, do CDS, mas não temos coligação, não existe nem pode existir. Nós somos independentes, não podemos ter e nem não nos vamos transformar em Partido. Portanto, apenas uma referência a essa matéria.

É evidente, não há nada mais simpático para concorrer em eleições do que prometer baixar os impostos, mas como também reconhece, é muito importante que se tente cumprir os programas.

Relativamente ao cumprimento do programa, eu entendo que a redução do IRS por parte dos municípios é uma forma ínvia de 'luxemburguizar' o país, e eu não gosto de o fazer.

Na Cimeira de Sintra foi aprovado, por unanimidade dos municípios presentes, que eram os municípios das Áreas Metropolitanas do Porto e de Lisboa, que estes não deveriam poder reduzir o IRS, exatamente para não serem tentados a isso. Curiosamente, isso até foi proposto pelo Senhor Presidente da Câmara de Lisboa, que pelos vistos se terá arrependido, e bem, de fazer a redução do IRS, porque há uma coisa, Lisboa tem 420 milhões de euros de dívida, sei que gosta muito da governação de Lisboa, mas nós não temos dívida.

Portanto, a questão é que eu não vejo necessidade, neste momento, principalmente numa situação em que a economia, que não é apenas a economia da cidade, é também a economia do país, está melhor, portanto, não me parece que faça sentido fazer redução de IRS, que vai apenas abranger um conjunto de pessoas que, se calhar, não estão necessitadas, e com isso vamos retirar exatamente aquilo que é a função do IRS, isto é, contribuir para as políticas de redistribuição. Agora, se entendem que há capacidade para reduzir o IRS, então façam-no para o país todo, e assim não estaremos a fazer concorrência, agora, o que nós não podemos é ter dois discursos.

Eu sou uma das pessoas que muito tem criticado, e critico, desde que foi constituído o euro, não haver um orçamento federal na Europa, que não permita exatamente fazer este tipo de ajustes. Sempre o defendi. Disse que esse era um dos problemas do euro e uma das maiores acrimónias que existem entre os europeus é exatamente aquilo que acontece hoje, acontece com a Holanda, acontece com o Luxemburgo, acontece com a Irlanda.



Nós estarmos agora a fazer um benefício fiscal no IRS, aquilo que íamos ter era a artificialidade da residência, e isso é que nós não queremos. Comigo não. Se os Senhores estiverem no poder, farão. É bom que haja diferenças.

As poucas transferências do Estado que vêm para os municípios, como vem para o Porto, porque há outras que são transferências de outra natureza, são uma parte do IRS, são 5% do IRS que vem para nós e nós onde podemos ter políticas e benefícios fiscais, e temos de facto, é a nível do IMI, que é uma receita municipal. Devemos criar benefícios e eu fico muito irritado quando se criam sobretaxas que nos retiram partes do IMI, ou sobretaxas sobre o IMI, como sabe, porque acho que o IMI é municipal, e aí sim, devemos usá-lo, e admito-o também na Derrama, porque na Derrama é uma forma de promover estrategicamente o tecido empresarial que nós queremos, seja através da defesa ou do apoio às pequenas empresas ou à criação de emprego.

Relativamente ao IRS, eu discordo, discordo profundamente, como devo já dizer que discordo se amanhã houver uma parte das receitas do IVA que vêm para os municípios, o que vai ser indispensável para levarmos a cabo a descentralização, que os municípios possam aí começar a fazer benefícios fiscais. Aliás, devo dizer-vos que eu, como defensor que sou da regionalização, o maior receio que tenho é que amanhã alguma região seja tentada a fazer benefícios fiscais dessa natureza, porque é isso que leva a desagregação. Veja-se o que é que se passa aqui ao lado em Espanha. De repente, cria-se a convicção de que uns estão a pagar para os outros.

Portanto, eu nessa matéria, peço desculpa, não concordo, reconhecendo inteiramente o vosso argumento, reconhecendo os benefícios que viriam, desde logo eleitorais, fantástico, baixar o IRS é uma coisa que a classe média gosta imenso, mas não me parece sinceramente justo”.

O Senhor Deputado Miguel Gomes (RM) afirmou que: “É para mim com algum gosto que, mais uma vez, vimos discutir um orçamento deste Executivo. Este com particular gosto, porque, para quem há seis anos atrás se candidatou sob o lema de contas à moda do Porto, estamos a falar de um orçamento que prevê um endividamento zero. Eu não sei se haverá muitos pelo país, mas a realidade é que no Porto as contas são mesmo à moda do Porto.



Mas vamos ver de onde é que vem este endividamento zero, porque se pode fazer um endividamento zero de várias formas. No caso, a receita corrente aumenta mais do que a despesa corrente e, portanto, gerando aqui uma poupança corrente assinalável. Esta despesa corrente não decorre de aumentos com pessoal, não, essa despesa mantém-se, porque são compromissos para o futuro. O Senhor Deputado, e meu amigo, Fernando Bravo, referia-se à despesa corrente como sendo algo negativo deste Executivo, então eu desafio-o a explicar-me onde é que cortaria à despesa corrente, porque esta despesa corrente é no PART – Programa de Apoio à Redução Tarifária, que é uma nova entrada no orçamento; na intermunicipalização dos STCP, que também tem aqui uma verba inscrita, e com a qual todos nós concordamos, porque é absolutamente essencial para a governança da cidade que a Câmara Municipal do Porto possa ter uma palavra a dizer nos STCP; no fundo de dinamização do Movimento Associativo Popular, em que é duplicado o valor que está atribuído; no Fundo de Emergência Social. Será aí que o PSD quer cortar na despesa corrente? Será no protocolo com Serralves, relativamente aos Miró? Nas atribuições às Juntas de Freguesia, com o orçamento colaborativo, com o aumento da dotação para o orçamento colaborativo, com o aumento da dotação para as Juntas de Freguesia? Será na eficiência energética? Será nos investimentos do Mercado do Bolhão? Será nos investimentos do Batalha? Já vamos ao investimento. Na despesa corrente eu gostaria de saber, retire estes últimos, eu gostaria de saber onde é que retiraria daqui a despesa corrente? Porque não é despesa corrente com pessoal, são investimentos, é despesa, chama-se despesa, mas na realidade, na minha opinião, acaba por ser verdadeiramente um investimento. E tudo isto com, volto a repetir, com endividamento zero.

Pode dizer-se então, ok, não há investimento, há um endividamento zero, mas não há investimento. .

Então vamos ao tal quadro de investimento. Eficiência energética, investimento no Mercado do Bolhão, investimento no Cinema Batalha, investimento na Escola Alexandre Herculano, investimento no Terminal Intermodal de Campanhã, no programa Rua Direita, na requalificação de espaços verdes, na reabilitação de habitação municipal, em investimento em espaço público de habitação municipal, nas casas devolutas, reabilitação de casas do património, nos bairros. To-



do este investimento zero é obtido, contudo a cidade, a Câmara Municipal, investe e a despesa corrente é decorrente também da despesa corrente de investimentos que são feitos.

Ora, se quisermos observar também neste orçamento a despesa por objetivo, também podemos observar que há aqui um aumento do investimento na cultura – 57,2%, na educação – 37,9%, na mobilidade – 17,9% e tudo isto é obtido com redução da taxa de IMI. E eu aqui não posso deixar de congratular o Executivo, porque, de facto, esta redução da taxa do IMI tem aqui este efeito muito hábil, muito inteligente de, através do já mencionado Regulamento Municipal de Isenções Municipais, conseguir para munícipes do Porto, para os portuenses, que a taxa do IMI paga por eles seja a mais baixa do país, e esteja, inclusivamente, abaixo do limite mínimo legal para o IMI. E tudo isto, volto a repetir, com endividamento zero.

Ora, este é um orçamento que é claramente, é mais um, que reforça as contas à moda do Porto. Este é, mais uma vez, um orçamento do qual a cidade do Porto se pode orgulhar e que tem aqui ainda uma grande outra virtude, que se calhar escapa um bocado aos números, ou seja, é um orçamento, e esse não é apenas o mérito do Executivo, é também de todos os Partidos, mas acima de tudo, do Executivo, de ter a capacidade de acolher todas as sugestões, como aliás tem sido patente no debate que se tem aqui gerado, em que, de certa forma, se consegue perceber que todos os Partidos da oposição, conseguem referir-se a este orçamento como tendo lados positivos e lados negativos, decorrendo os lados negativos de perspetivas ideológicas distintas e os positivos, normalmente tentam-se a exacerbar e dizem, bom, na realidade o orçamento foi feito pelo PS ou pela CDU? Isto brincando, porque esses contributos são sem dúvida positivos, mas a realidade é que no final disto tudo está um Executivo que os ouve, um Executivo que os acolhe quando os considera adequados, um Executivo que não os acolhe se os considerar desadequados, um Executivo equilibrado que, no seu orçamento, revela, mais uma vez, responsabilidade para com a cidade do Porto e uma governação da qual todos nos podemos orgulhar”.



O Senhor Deputado Artur Ribeiro (CDU) deu nota que: “Quando eu me inscrevi para falar juntamente com o Deputado Rui Sá, o Senhor Presidente até perguntou qual falava primeiro, era para falar dos Pontos 3 a 6. Já toda a gente falou disso e eu não vou dizer nada de novo, porque tudo o que eu vou dizer já outros disseram e estamos praticamente todos de acordo nesta matéria.

Relativamente à Derrama, eu também acho, como diz o Senhor Presidente da Câmara, que é possível no próximo ano revisitarmos a questão da Derrama. Como vocês sabem, houve uma proposta há 3, 4 ou 5 anos, não me recordo, para que as pequenas empresas pagassem menos e, de facto, quem fatura até 150 mil euros só paga 1%, houve uma baixa de 1/3 da Derrama, as outras pagam 1,5%.

Relativamente ao IMI, eu estou de acordo que a taxa de IMI no Porto é relativamente baixa, já disse isto noutros anos, nós temos talvez a taxa mais baixa das câmaras aqui à volta do Porto, em todas é 3,50, 3,75, uma é 4, nós temos 0,324 e por proposta da CDU, ninguém recorda isso, mas já agora recordo eu, por proposta da CDU no ano passado, os munícipes que residem na sua própria casa têm uma dedução de 10%, o que dá 0,29, que é a taxa mais baixa do país, como aqui foi dito, e é verdade, é a taxa mais baixa do país, porque fica abaixo da taxa mínima de 0,3. Eu acho que quase todos nós, enfim, não sei se todos, temos casa própria, e este ano temos um abaixamento do IMI, por proposta da CDU, e eu acho que isso se vai manter, e bem, no próximo ano. Por outro lado, há um agravamento de 30%, que decorre da lei, para os prédios devolutos, que eu acho que deve ser cumprido, e há também um agravamento para os prédios que estão em ruína, tal como disse o Senhor Presidente da Câmara e, de facto, é preciso também agravar esse IMI, porque, com a falta de habitação que há, não é aceitável que haja casas fechadas, portanto, também estamos de acordo com a questão do IMI.

Relativamente ao IRS, eu acho que há aqui uma demagogia muito grande, nomeadamente por parte do PSD, que, nas eleições autárquicas, dizia que ia devolver não sei quantos milhões aos portuenses. Pois bem, a redução dos 10% de IMI a quem reside em casa própria aqui no Porto dá um 1 milhão e 300 mil euros que a Câmara retirou às pessoas, julgo que são 30 e tal mil famílias só aqui no Porto. Portanto, relativamente ao IRS, eu estou completamente de



acordo que a Câmara não deve baixar. Nós temos direito a 5% daquilo que cada pessoa paga do IRS, e eu chamo a atenção para que quase 30% dos portugueses não pagam IRS, que são infelizmente aqueles que ganham muito pouco e, portanto, estão isentos. Para esses não adianta nada. Depois há uma parte que começa a pagar, uns pagam 100 por ano, outros 500, outros mil, mas reparem, uma pessoa que pague mil euros por ano de IRS, os 5% da Câmara são 50 euros, se em vez de 5% reduzisse para 4% abatia 10 euros. Conta alguma coisa para uma pessoa 10 euros num ano? É menos de 1 euro por mês. Isto é uma demagogia.

Eu estive a ver os 130 municípios que reduzem à taxa de IRS, há dois que reduzem de 5% para 4,5%, o que é que isto significa? Nada. Meio por cento sobre aquilo que paga de IRS não dá nada. Pode ser alguma coisa para quem paga milhares de IRS, mas esses podem pagar, quem paga muito dinheiro de IRS tem muito rendimento, e portanto esses podem pagar. Nós não estamos aqui para beneficiar esses.

Eu acho que relativamente aos impostos, à receita fiscal da Câmara, como aliás se diz relativamente ao Orçamento do Estado, não há aumento dos impostos, há aumento da receita, porque de facto a economia está diferente.

Relativamente ao turismo, como eu já disse aqui várias vezes, tem coisas boas e coisas más. O turismo não tem só vantagens, o turismo, como eu disse uma vez, é a diferença entre o remédio e a droga, ou seja, se a pessoa tomar um comprimido, pode fazer-lhe bem, mas se tomar a caixa toda é um problema. Portanto, é uma questão de dimensão, se o turismo for demais também faz mal. A água faz muito bem mas se for uma pipa de água de uma vez rebenta. Portanto, não pode ser.

Eu acho que relativamente à questão do IRS, de facto, nós temos recolhido mais dinheiro, porque felizmente há mais dinheiro. Portanto, a Câmara não deve abdicar dessa receita, agora, o que eu acho é que todos nós temos que nos preocupar com a forma como a Câmara gasta o dinheiro. Não é que tenha muita receita fiscal, quanto a isso não há problema, mas como é que a gasta. Eu já uma vez tive aqui uma discussão com os Senhores, e disse que eu não me importo que se gaste dinheiro público, tem é que ser bem gasto, gastar mal é que não.



Portanto, eu acho muito bem que a Câmara tenha estas duas receitas e que saiba investir o dinheiro.

Todos os Partidos disseram que há coisas muito positivas do Orçamento, o meu camarada Rui Sá disse-o muito bem. Agora, o orçamento tem sempre coisas boas e coisas más, como é evidente, mas nós temos que valorizar mais aquilo que é mau, porque somos da oposição. Naturalmente que os que apoiam o Dr. Rui Moreira valorizam mais aquilo que é bom.

Nós vamos votar favoravelmente os quatro pontos, considerando que estamos no bom caminho, quer relativamente ao IRS, quer relativamente ao IMI”.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite informou que o Partido Socialista cedeu 2 minutos do seu tempo ao Senhor Deputado Pedro Lourenço do Bloco de Esquerda.

O Senhor Deputado Pedro Lourenço (BE) disse que: “Eu, no pouco tempo que tenho, agradeço ao Partido Socialista o tempo que me cedeu e faço três perguntas e três propostas.

A primeira pergunta é relativamente aos projetos do Morro da Sé, da SRU, isto é, a residência para estudantes e a unidade hoteleira que estão previstas. Segundo posso perceber está prevista uma parceria público-privada, há 40 anos, e eu perguntava-lhe se é assim e de que forma vai assegurar que as rendas praticadas são comportáveis para os estudantes.

A segunda pergunta tem a ver com as salas de consumo assistido, cujo investimento, de 400 mil euros, não consegui encontrar no orçamento, portanto, eu perguntava-lhe se este investimento consta do orçamento para 2020 e, se não consta, por que motivo.

E em terceiro lugar, relativamente às contas da Câmara, nós estamos num contexto de dívidas baixas e num contexto de juros baixos, mas esta ideia de que um endividamento zero é necessariamente um ato de boa gestão, é uma ideia que a mim me faz muita confusão. Nós olhamos para o orçamento da Câmara e reparamos que existe lá um capítulo que nos fala de uma capacidade de endividamento adicional de 42 milhões de euros, parecendo-me também a mim que não haverá solução para as questões de habitação no país, quer do



ponto de vista do Estado, quer do ponto de vista dos municípios, que não passe por uma solução de empréstimos em grande escala, junto do Banco Europeu de Investimento, por isso, eu perguntava-lhe se a Câmara do Porto já considerou alguma vez esta hipótese e a que conclusões chegou, ou seja, a hipótese de recorrer ao Banco Europeu de Investimento.

Em relação às propostas, são três propostas sobre habitação e sobre as quais não é mencionada uma palavra no orçamento.

A primeira é para lhe propor que concretize os instrumentos que a Lei de Bases da Habitação veio prever, e que o seu Movimento recusou nesta Assembleia, mas que eu sugeria que implementasse porque o Porto precisa delas e o Porto deveria estar na linha da frente das políticas de habitação.

A segunda proposta é, no fundo, para reafirmar a proposta que já lhe fizemos aqui na Assembleia Municipal, que é precisamente de aproveitar os imóveis do Ministério da Defesa que estão disponíveis, nomeadamente o imóvel da Avenida de França, o imóvel do Quartel do Ouro e as instalações da OGFE – Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento na Lapa, que são imóveis que estão disponíveis para eventuais parcerias, e que avalie a possibilidade de implementar soluções de habitação conjuntas, com o Estado, nestes edifícios, antes que eles sejam alienados.

A terceira proposta é bastante simples, é que o Senhor Presidente indefira o PIP do Corte Inglês para os terrenos da Boavista, que negoceie com a IP – Infraestruturas de Portugal, que é precisamente tutelada pelo Ministério que tutela o Pelouro da Habitação, que negoceie também um melhor negócio do que aquele que a IP tem com o Corte Inglês e que faça ali um projeto de habitação pública.

Eu acho que estas são propostas simples, que Senhor Presidente deveria levar para a frente”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira afirmou que: “Senhor Deputado, usou o tempo que lhe foi emprestado, cedido pelo Partido Socialista, e eu gostava de lhe poder responder a tudo.

Parece-me que há algumas destas coisas que vão muito para além da discussão do orçamento e talvez na informação que eu vou ter que dar quando der-



mos continuidade a esta Assembleia fosse mais adequado, mas não queria fugir a algumas das questões que levantou.

No Morro da Sé, sim, nós vamos avançar com a residência de estudantes, mas ainda não sabemos qual é o prazo em que a vamos fazer.

Sim, temos um problema relativamente ao equipamento turístico, porquê? Nós, de facto, não gostaríamos de o fazer, confesso-lhe que não gostaríamos de o fazer, mas na altura que foi feito o plano em 2007, se calhar fazia sentido, hoje estou absolutamente de acordo consigo, não faz sentido. Temos um problema, aquelas habitações, que estão reservadas para esta questão turística, foram expropriadas com este fim e se nós agora alterarmos o fim é muito provável que os anteriores proprietários, beneficiando agora da situação do mercado, venham reclamar a sua devolução, portanto, não lhe digo mais, compreenderá que temos que ter muita prudência nesta matéria. Se me perguntar se eu gostava mais que ali fosse outra residência de estudantes, gostava, porque daria dimensão àquilo que nós pensamos que é residência de estudantes, que foi sempre aquela que mais me interessou, já do tempo em que fui Presidente da Sociedade de Reabilitação Urbana, e que depois, por um conjunto de circunstâncias, não se converteram.

Quanto à capacidade de endividamento, sim, estou de acordo consigo. Repare, relativamente ao projeto que estamos a desenvolver em Lordelo, que é um projeto *in house* e cujo concurso para o projeto vamos agora lançar, nós estamos a falar de qualquer coisa como 30 milhões de euros, é verdade, no mínimo serão 30 milhões de euros, portanto, tem toda a razão, e está lá inscrito.

As salas de consumo, estão no orçamento, em coesão, 400 mil euros disponíveis para resolver isto em 3 anos, ou seja, não há problema nenhum. Agora, como sabem, elas não serão montadas pela Câmara Municipal do Porto, nem podem ser. Isto tem a ver com a Direção Regional, com quem temos vindo a trabalhar, como creio que sabe, portanto, mantém-se a intenção de ter as salas de consumo assistido.

Finalmente, sobre o Ministro da Defesa, bom, aquilo que o Ministério da Defesa nos vem dizendo não é isso, agora, nós estamos interessadíssimos, mas aquilo que tem acontecido, olhe, a venda do Quartel de S. Brás, nós não tivemos pos-



sibilidade de debater, a não ser que fossemos lá bater à porta e fossemos licitar.

E já agora, foi pedida uma alteração do uso que não foi concedida. Compreenderá que o Presidente da Câmara não defere nem indefere PIPs – Pedidos de Informação Prévia e, portanto, compreende que eu, sobre essa matéria, não lhe possa responder nos termos como o coloca. Não posso. Não lhe posso adiantar mais nada. Naturalmente que se pretender pode pedir esclarecimentos ao Urbanismo pelas vias normais, mas não me venha a mim perguntar se eu defiro ou indefiro PIPs, porque não me apetece ter um processo-crime”.

O Senhor Deputado Fernando Faria Bravo (PSD) esclareceu que: “Senhor Deputado Miguel Gomes, obviamente que despesas correntes não são despesas de investimento nem despesas de capital, há aí uma diferença absolutamente fundamental, que me escuso até de explicar, tendo em conta o tempo que temos e que ainda um colega meu irá intervir.

Relativamente à questão da redução do IRS, até pela minha função profissional, pude assistir, nomeadamente entre 2008 ou 2009 e 2013 a dificuldades de várias pessoas de classe média, nomeadamente a muitas penhoras de vencimentos, a muitos pedidos de adiantamento de salários e, portanto, dizer que alguns 30 ou 40 euros não fazem grande diferença, no apuramento final de IRS, é algo com o qual não concordo, mas pronto, poderá ser uma diferença que nós temos.

Neste orçamento, o aumento do IMT para 2020 é de 9,6 milhões de euros, o que permitiria baixar o IRS em 2% neste orçamento. O impacto da baixa possível do IRS neste orçamento seria de um impacto em três vezes mais famílias de que a redução do IMI, que todos aplaudimos, e a média, segundo o nosso cálculo, de poupança de IRS nas famílias afetadas seria em média de 40 euros. Ora, a nós quer-nos parecer que, para uma família de classe média, pagar menos 40 euros seria algo de bastante positivo. Não consegui encontrar valores discriminados, nem desvios padrão, nem valores por escalões, mas, de qualquer forma, para uma família pagar menos 40 euros, em média, de IRS parece-me bastante positivo. É a diferença que temos”.



O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) interveio, dizendo: “Senhor Presidente, relativamente à questão da nova Ponte sobre o rio, eu gostava de lhe dizer, e depois de ver o desenho, que nós continuamos sem entender, porque essa ponte não faz parte do PDM 2006, não estava previsto. Nunca vimos, e se o Senhor Presidente tiver agradecemos que nos forneça cópia, nenhum estudo do ponto de vista da mobilidade que justifique uma ponte naquele local, que vai desembocar numa via marginal que normalmente está congestionada.

Gostaria também de entender a engenharia financeira, porque o Senhor Presidente o que disse, e creio que bem percebi, é que nós iremos adiantar o dinheiro, porque é a GOP que vai fazer a obra da ponte, e que só estão aí 13 milhões de euros porque depois Gaia pagará ao Porto, o que significa que se cria aqui uma receita que não está contemplada no orçamento. Eu gostava de saber como é que essa situação é feita, uma vez que o Senhor Presidente disse que eram 6 + 3 milhões de euros do lado do Porto e 6 + 11 milhões de euros do lado de Gaia e, portanto, se nós pagamos a ponte a Gaia, em concreto dá 6 + 6 + 3 = 15 milhões de euros e nós só temos 13 milhões de euros no orçamento. Segunda questão que gostava de colocar, Senhor Presidente, terá a nossa completa oposição se o Senhor Presidente decidir, independentemente das dificuldades, aceitar as habitações do IHRU, no pressuposto de que a Câmara do Porto paga 50% da sua requalificação e o IHRU paga os outros 50%. Nós consideramos aceitável que o IHRU transfira as habitações para o Município, mas o Município só as deve aceitar depois de elas estarem requalificadas pelo IHRU, porque o Estado, infelizmente, não é bom pagador e estou mesmo a ver que nós adiantamos o dinheiro para requalificar as habitações e depois o Estado não paga. Temos muitos exemplos dessa situação, portanto nós não podemos aceitar.

Do mesmo modo, Senhor Presidente, residências universitárias, eu acho que nós temos que acabar com a chantagem, ou seja, a quem compete construir as residências universitárias é às Universidades e ao Ministério da Educação e não devemos ser nós a adiantar. Nós estamos permanentemente a ser colocados perante esta chantagem da Administração e, como disse o meu camarada Artur Ribeiro no tempo dos Partidos, depois nós oferecemos carros à PSP, oferecemos autocarros ao Hospital de S. João, requalificamos o Alexandre Hercu-



lano, etc., etc., e o Governo está permanentemente a empurrar para os municípios aquilo que são as suas competências. Não o podemos aceitar. Às vezes, temos mesmo que dizer não à chantagem, mesmo que isso possa prejudicar, a curto prazo, os moradores do Porto e que os moradores do Porto tenham depois que exigir a quem de direito o cumprimento das suas obrigações, no caso ao Estado e à Administração Central”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira afirmou que: “Aquilo que o Senhor Deputado refere é de facto aquilo que nos causa, se quiser, mais dificuldades para resolver no dia-a-dia, porque para a população em geral, veja-se o caso do Metro, há quase a convicção que a linha rosa foi inventada pela Câmara Municipal do Porto, que não teve a dinâmica de fazer com que ela fosse até Matosinhos ou até à Católica, ou seja, a questão é que as pessoas do Porto, se calhar dos outros municípios não são assim, acham que o Porto é uma nação, e bem claro, e como somos uma nação devemos ter a capacidade de determinar aquilo que é o nosso destino, independentemente daquilo que nos vem da Corte, e quando a Corte não manda, nós temos que encontrar aqui recursos. Foi sempre assim historicamente. E depois ficamos com esta dificuldade.

De facto estamos a comprar carros para a Polícia, porque a Polícia devia ter e não tem carros e estamos a arranjar o Alexandre Herculano, porque alguém se lembrou de candidatar o Alexandre Herculano, ainda por cima com valores errados e nós é que tivemos que o Alexandre Herculano e temos o problema do IHRU, e temos outros problemas e temos o problema do Ministério da Defesa que vende, como vendeu o Quartel de São Brás, ou sermos citados para uma habitação fantástica na Rua 31 de janeiro que o Ministério das Finanças pôs à venda, e foi vendida, quando nós precisamos de habitação e quase que íamos exercer o direito de preferência. Mas nessa matéria, nós não podemos fazer outra coisa, podemos olhar caso a caso.

Bom, o caso da STCP, eu fico muito agradecido pelo Governo ter entregue a STCP aos municípios, porque acho que é a única forma de resolver os problemas. Para já porque nós vamos precisar de 94 motoristas de urgência, neste momento a STCP não oferece melhor serviço e mais regular, não por falta de



veículos, mas porque tem falta de 94 motoristas e os municípios sabem que os vamos admitir logo que a STCP seja nossa. Se o Estado não fizer antes, vamos admitir esses motoristas e isso vai melhorar os resultados da STCP. Acreditem, é que não melhora apenas a capacidade de oferta, melhora os resultados.

Agora, ao mesmo tempo, estamos a ser todos nós a carregar as malas. Isso é o que nos tem que pôr de sobreaviso? Acima de tudo relativamente, repito, à questão da descentralização. Nós não podemos neste momento, e essa é uma matéria que nos tem preocupado muito, não é porque nós não queiramos competências, nós queremos estas competências, ficámos satisfeitos quando negociamos isso com o Estado, o problema é como é que havemos de balancear o custo respetivo. Eu, apesar de tudo, creio que é melhor nós ficarmos com estas competências do que não as termos, desde que elas sejam compatíveis, e olhe, prefiro não baixar meio ponto ao IRS e ter dinheiro para, se calhar, melhorar os transportes públicos, porque o transporte público é a melhor forma de redistribuição. Eu não conheço melhor forma de redistribuição que não seja o investimento no transporte público. O transporte público não é apenas mobilidade, não é apenas ambiente, é um fator importantíssimo da redistribuição, porque a distância é uma forma que cria exclusão. A distância cria muita exclusão. Mas aqui vamos ter que resolver, porque vai haver um momento, em algumas matérias, em que vamos ter que dizer ao Governo, e quando digo ao Governo não é este Governo é qualquer que seja o Governo, que por muito boa vontade que haja de descentralizar e de nós aceitarmos essa descentralização, que ou isto vem acompanhado do cheque respetivo ou então mais vale estarem quietos, porque depois a cidade já não consegue cumprir aquilo que são as suas obrigações.

Eu já disse o que penso relativamente à habitação, eu acho que 35% é manifestamente insuficiente e acho que o Senhor Deputado está de acordo, e se é pouco para o Porto agora imagine para os outros municípios. É impossível. Então mais vale dizer que o país não pode resolver o problema da habitação, agora, estar a atirar o problema para os municípios vai dar mau resultado.

Se vocês virem o Anuário dos Municípios Portugueses que saiu agora, veem que os municípios portugueses reduziram muito significativamente o endivida-



mento, não foi só o Município do Porto, todos, na generalidade, reduziram violentamente, fizeram uma cura de emagrecimento importante, resolveram os seus endividamentos, deixando de fazer coisas que não podiam fazer.

Agora, com a descentralização e 2021 com eleições, vocês vão ver o que é que vai acontecer. A minha preocupação já não é como portuense é como português, porque vai haver municípios em que vai haver forças políticas que, naturalmente, vão convencer os seus munícipes que isto vai ser maravilhoso. Com a descentralização, vai ficar para a câmara, vamos resolver tudo, e a seguir o que vai acontecer é que esses municípios vão entrar novamente em dificuldades e quando isso acontecer vêm bater às portas dos municípios que têm boas contas, como é o caso do nosso, para nós contribuímos para um fundo de solidariedade.

Portanto, eu acho que essa matéria deve ser discutida no Parlamento pelas forças políticas. Eu recomendo fortemente que as medidas de descentralização anunciadas sejam adiadas, até que se consiga fazer um levantamento daquilo que pode ser transferido com o cheque respetivo. Há coisas que não podem ser transferidas, porque a despesa corrente é demasiadamente inflexível, mas nessa matéria acompanho-o perfeitamente.

As contas da ponte eu explico-lhe noutra altura, mas elas estão certas”.

O Senhor Deputado Alberto Machado (PSD) considerou que: “Assistimos aqui a uma defesa diligente e apaixonada por parte da CDU relativamente ao orçamento da Câmara Municipal, e isso, de certa forma, vem confirmar aquilo que o PSD entende relativamente a este orçamento, ou seja, mais despesa, mais impostos.

O orçamento tem o epíteto do maior de sempre, infelizmente maior não significa melhor, no nosso entendimento, e num documento desta natureza é impossível nós não encontrarmos pontos com os quais concordamos, e existem efetivamente bastantes pontos com os quais nós temos afinidade, mas também é difícil existirem pontos com os quais nós não podemos concordar, portanto, discordarmos. E é naturalmente sobre estes pontos que um Partido da oposição deve tecer algumas considerações. A questão já aqui referida do aumento da despesa corrente, dificilmente reversível, é para nós uma grande preocupa-



ção, são 24% face a 2017, mais 21 milhões de euros relativamente ao ano de 2019, mais 37 milhões de euros face a 2017. Achamos que é um valor que dificilmente se poderá vir a ser reversível e isso, de certa forma engorda toda a estrutura municipal e pode, eventualmente, vir a hipotecar o futuro num tempo de conjuntura económica mais desfavorável.

Por outro lado, há um aumento de carga fiscal em cerca de 10%, uma parte à custa do aumento do IRS, outra parte à custa da taxa turística, relativamente a esta nós não temos grandes questões, mas estas duas juntas são cerca de 20 milhões de euros que são cobrados a mais relativamente ao orçamento do ano passado e o nosso entendimento é que, nesta conjuntura favorável que vivemos, poderia ser o momento de baixar impostos aos portuenses, de certa forma para permitir a redução do custo de vida na nossa cidade.

Há uma outra questão que eu não posso deixar de refutar e que foi aqui afirmada em duas ou três intervenções, que tem a ver com o facto de o Porto só ter encontrado um desenvolvimento nos últimos anos, sobretudo depois de 2013. Quando esta Câmara Municipal foi governada pelo PSD e pelo CDS, e eu ainda há bem pouco tempo tive a oportunidade de ter um daqueles lembretes do Facebook de uma partilha que fiz em 29 de outubro de 2010, em que a revista Time Out na sua publicação desse dia dizia, e passo a citar: ‘De centro adormecido, desinteressante e retrógrado passou a centro real, dinâmico e criativo, onde finalmente apetece estar’. Este número da Time Out é uma celebração dessa mudança”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira afirmou que: “Senhor Deputado, entramos finalmente na política pura e dura. Teve o Senhor Deputado o cuidado de evocar a Time Out para dizer o bom que era o Porto em 2010. Sabe bem que eu tenho sido das pessoas que tenho reconhecido que o meu antecessor, Senhor Dr. Rui Rio, governou como pode, no tempo em que pode, em condições diferentes e tenho recusado muitas vezes fazer uma reavaliação. Eu não gosto de anacronismos e convenhamos voltar a 2001 é assim um pouco anacrónico e eu não faço esse anacronismo. Mas, quando se refere à CDU, quero dizer-lhe que quem governou com a CDU, na altura, foi o Senhor Dr. Rui Rio, não fui eu.



E depois, sim, vocês faziam a diferença, é como o PS connosco, já percebi, é mais ou menos a mesma coisa. Mas vamos à política senão adormecemos.

Senhor Deputado, sou eu que estou enganado ou nos idos 2012, 2013, estava Vossa Excelência todo animado com o Dr. Luís Filipe Menezes, a dizer que o Porto estava adormecido e que era preciso mudá-lo. Mudou de opinião? Olhe, eu não mudei. O Senhor muda de opinião porque hoje está de sudoeste, agora, vamos ver, quando houver o próximo candidato à Câmara do Porto, que vento vem do seu lado. Eu ouvi da sua parte, como adepto ferrenho do Dr. Luís Filipe Menezes, críticas à governação e à política do Dr. Rui Rio que não ouvi a Maomé a propósito do toucinho, Não fui eu, Senhor Deputado, está enganado, está a falar com a pessoa errada.

Eu acho que, na altura certa, o Porto teve os seus tempos, teve os seus Presidentes, fizeram coisas que nós agora, como dizem os ingleses, *in hindsight*, olhando para trás, fizeram melhor ou pior. Há uma coisa que os Senhores disseram na altura em que estava lá o Dr. Rui Rio, é que a governação dele estava a fazer com que a cidade fosse triste, desinteressante, fechada, sem chama, era aquilo que diziam. Quer que eu lhe vá buscar? Não preciso de ir à Time Out, sabe, não preciso, não tenho que ir buscar à Time Out, encontro declarações vossas, suas, dessa altura, portanto, não atire se faz favor o *boomerang* porque o *boomerang* acaba por lhe cair em cima”.

Deliberações:

Ponto 3

Aprovado, por unanimidade.

Ponto 4

Deliberação: Aprovado, por maioria, com 40 votos a favor (21 RM + 12 PS + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN) e 6 abstenções (PSD).

Ponto 5



Deliberação: Aprovado, por maioria, com 27 votos a favor (21 RM + 3 CDU + 3 BE) e 19 abstenções (12 PS + 6 PSD + 1 PAN).

Ponto 6

Deliberação: Aprovado, por maioria, com 40 votos a favor (21 RM + 12 PS + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN) e 6 votos contra (PSD).

Ponto 7

Deliberação: Aprovado, por maioria, com 21 votos a favor (RM), 6 votos contra (3 PSD, dos Senhores Deputados Alberto Machado, Fernando Bravo e Fernando Monteiro + 3 BE) e 19 abstenções (12 PS + 3 CDU + 3 PSD, dos Senhores Deputados Pedro Duarte, Luís Osório e Alberto Araújo Lima + 1 PAN).

O Senhor Deputado Pedro Braga de Carvalho (PS) entregou uma Declaração de Voto, por escrito, que ficará anexa à Ata. (Anexo I).

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite informou que a continuação daquela Sessão Ordinária para apreciação do Ponto 8 da Ordem de Trabalhos se realizará no dia 11 de novembro de 2019, pelas 21h, seguida de uma Sessão Extraordinária.

E nada mais havendo a tratar, O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite, submeteu à votação a Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade, declarando encerrada a sessão, era 01h20.

O Presidente da Assembleia Municipal,



Miguel Pereira Leite



A Primeira Secretária,
Paula Ribeiro de Faria
Paula Ribeiro de Faria



ANEXO I

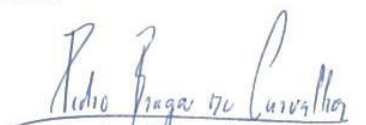
Declaração de Voto

Discussão da Proposta do Orçamento do Município do Porto para o ano de 2020

Os sistemas eleitorais proporcionais, nos termos dos quais os representantes do povo não são individualmente eleitos, mas concorrem em listas de partidos ou, como no caso das eleições autárquicas, também em listas de movimentos políticos de cidadãos, não podem prescindir do instrumento da disciplina de voto. O instrumento da disciplina de voto, a que estou igualmente vinculado pelas regras de funcionamento do grupo municipal do Partido Socialista, é fundamental para assegurar, por um lado, a governabilidade das instituições democráticas e, por outro lado, para garantir aos eleitores que os seus representantes cumprem os compromissos eleitorais assumidos.

Nas eleições autárquicas de 2017, 31.238 portuenses votaram livre e esclarecidamente na lista de candidatos do Partido Socialista a esta Assembleia Municipal do Porto. É, por isso, obrigação primeira do grupo municipal a que pertenço saber interpretar as vontades, os desejos e as aspirações daqueles 31.238 concidadãos. O entendimento maioritário dos eleitos do Partido Socialista é o de que a interpretação mais fiel das mencionadas vontades, desejos e aspirações tem como corolário, nas atuais circunstâncias, a abstenção na votação da Proposta do Orçamento municipal para o ano de 2020. Por imperativo democrático, respeito a decisão do meu grupo municipal e, por imperativo da disciplina de voto, lealmente votei com ele. Todavia, este não é o voto que julgo ser útil à cidade, porque o agora Orçamento Municipal não responde de forma competente e corajosa – como seria de esperar – aos desafios das alterações climáticas, da mobilidade urbana, da coesão social ou do primordial acesso à habitação. Para que fique claro, este Orçamento não serve o Porto.

Porto, 4 de novembro de 2019.



Pedro Braga de Carvalho